



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 23/05/2012, sob a coordenação do Presidente Eduardo Jorge, realizou-se a 140ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 139ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse dos Srs. Milton Tadeu Motta e Maria Raquel dos Santos Pacheco, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental – DECONT da SVMA,
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião

Ordem do dia

1. Apresentação “Sobre o desenvolvimento do Plano de Drenagem do Município de São Paulo”, pelo Exmo. Sr. Miguel Luiz Bucalem, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.
2. Prestação de Contas dos projetos ambientais apoiados pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA no ano de 2011, pelo Secretário Executivo, Rubens Borges.
3. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 139ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Eduardo Jorge: Bom dia a todos. Vamos iniciar a 140ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Expediente: discussão e votação da ata 139ª, Reunião Plenária Ordinária do CADES vamos aguardar mais um pouco. 2º ponto da Pauta: **Posse dos senhores Milton Tadeu Motta, e Maria Raquel Pacheco, como Conselheiro Titular e Suplente, representantes do DECONT.** Ponto 3 - Sugestões para inclusão na pauta dessa reunião. Não há. Não havendo, passo à Ordem do Dia: Apresentação “Sobre o desenvolvimento do Plano de Drenagem do Município de São Paulo”, pelo Sr. Miguel Luiz Bucalem, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano. Vamos esperá-lo.

Coordenadora Helena Magozo: O Secretário Bucalem se enganou, e foi para a UMAPAZ, onde tradicionalmente, nós realizávamos a reunião. Então ele está vindo para cá.

Secretário Eduardo Jorge: Nós estávamos aqui esperando o Secretário Bucalem, que ele foi para a UMAPAZ e ficou preso no trânsito. E eu já tinha feito a abertura, suspendi por 15 minutos, e não queria passar para o 2º ponto, porque aí depois, o Secretário chega, e vai ficar preso, ouvindo a exposição muito importante do Rubens. Mas já são 9:30h, então passo a palavra para o Rubens que vai fazer a prestação de contas dos projetos ambientais do FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Para os que não me conhecem, eu vou me apresentar. Meu nome é Rubens, eu sou o Secretário Executivo do Conselho do Fundo de Meio Ambiente. Essa apresentação que eu vou fazer agora, ela é uma exigência da legislação, de que as atividades do Conselho do Fundo e do Fundo de Meio Ambiente sejam apresentadas para o CADES, por conta de o CADES deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo do Meio Ambiente. Então, anualmente, o CADES delibera através de uma reunião, e isso ocorre normalmente na primeira reunião anual do CADES, em que deliberam quais são as diretrizes para aplicação de recursos do FEMA. Esse ano, foi a Resolução 146, foi deliberada por esse Conselho logo na primeira reunião, e em cima dessa deliberação, o Conselho do Fundo estabelece as linhas de aplicações dos recursos do FEMA, tanto para projetos escolhidos através de editais, como para os projetos públicos que respeitam também a política de meio ambiente do município. Esse relatório de atividades, ele se refere ao exercício de 2011, porém, no plano de aplicação de 2012, eu já incluí o último edital, que foi lançado recentemente, que a gente já recebeu os projetos para escolha e classificação dos projetos. Para quem não conhece o Conselho do Fundo, e o Fundo de Meio Ambiente, ele foi criado em 2001, pela Lei 13.155, e em 2009, com a reorganização da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, ele foi reestruturado, incluído alguma parte da estrutura formal do Conselho do Fundo, e das fontes de arrecadação inclusive. Como eu falei aqui anteriormente, o Fundo, ele se propõe a financiar projetos ambientais, apoiar planos, programas e projetos ambientais, tanto projetos apresentados pela comunidade, pelas organizações não governamentais, como projetos apresentados pela própria administração. Desde o início, desde 2005, quando nós lançamos o nosso primeiro edital, a gente já selecionou um bom número de projetos, e aqui eles estão detalhados por editais, mas hoje, em 2012, nós estamos avaliando os projetos do Edital nº. 9. Só para dar uma resumida, nos editais, nós temos, desde o Edital nº. 1, que foi lançado em 2005, nós tivemos



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

3 projetos aprovados. Dos 12 projetos candidatos, nós tivemos 3 projetos aprovados. No FEMA 2 nós já tivemos um aumento, tanto dos projetos apresentados, como dos aprovados. Então, foram 23 projetos candidatos, e 4 aprovados e conveniados. No FEMA 3 nós tivemos já, 54 projetos apresentados, e 9 aprovados e conveniados. No FEMA 4, que foi lançado em 2007, nós tivemos 27 projetos candidatos e 11 conveniados, no FEMA 5, que foi o de Educação Ambiental, nós já tivemos um número maior de projetos, foram 50 projetos apresentados, e 16 conveniados. FEMA 6. 58 projetos, com 16 aprovados e conveniados. Desculpe. 16 aprovados. 10 foram conveniados. Do FEMA 7, que foi voltado para a educação ambiental, nós tivemos aí, uma explosão do número de projetos. (inaudível). No FEMA 8, foi lançado em 2009 (inaudível) nós tivemos 30 projetos apresentados, 10 foram aprovados e 9 conveniados. (inaudível). E, recentemente nós lançamos o edital número 9 que foi lançado agora, em 2012. O tema: Resíduos Sólidos, até por conta da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a gente está direcionando, canalizando esforços para implantação da logística reversa, entre outras ações. Nós tivemos a entrega de 75 projetos que estão em análise, e a gente pretende, até o final de julho, terminar a análise desses projetos, para ele poder entrar em votação no Conselho do Fundo, e os projetos que forem aprovados pelo Conselho, virem a formar convênio com a Secretaria do Verde Meio Ambiente. No exercício de 2011, nós tivemos 9 Reuniões Plenárias, entre Ordinárias e Extraordinárias, e deliberaram pela aprovação dos projetos apresentados em virtude dos editais em andamento, bem como os projetos que são apresentados pela própria administração. Essas 9 reuniões resultaram em 40 resoluções. Eu não coloquei aqui. Só coloquei a inicial das resoluções, porque senão ia se estender muito, Mas são 40 resoluções. A maioria delas expõem sobre a aprovação de projetos apresentados ao Fundo. Se a gente tomar por base, 40 resoluções em 9 reuniões que teve durante o ano, a gente tem uma média de dez resoluções, ou pelo menos, de dez projetos aprovados por reunião do Conselho do Fundo. Nós tivemos editais lançados, de 2005 a 2009. Mas alguns editais, eles se estenderam e passaram de um ano para o outro, porque nem todas as organizações conseguiam firmar convênio, e conseguiram firmar convênio no final do exercício em que foi lançado o edital. Como os projetos, eles são normalmente de um ano, um ano e meio, dependendo do que estabelece o edital, então, temos vários projetos cujo convênio foi firmado em 2009, mas que ainda estão em andamento. Então no ano de 2011, nós tínhamos já, cerca de 30 projetos em andamento, tivemos mais 27 convênios assinados em 2011, o que deu aproximadamente 57 projetos em andamento. Por conta do número de projetos, e dos recursos já comprometidos com os editais, em 2011 não houve lançamento de um novo edital. Então logo no início de 2012, foi lançado o edital número 9. Aqui a gente ainda põe o esse relatório que é do final de 2011. Nós tínhamos previsto o lançamento do novo edital para 2012, o que realmente ocorreu. Dos projetos que firmaram convênios em 2011, eu coloquei aqui, todos os projetos, de cada edital. Então, nós tínhamos do edital FEMA 6, que era 2008, do FEMA 7, que também foi em 2008, e eu coloquei os valores dos projetos que estão em andamento. Do FEMA 6, nós tínhamos em andamento, em 2011, alguns já foram concluídos, um total aplicado de recursos do FEMA, de cerca de R\$ 804.000,00. Do edital FEMA 7, nós tínhamos já, um número maior ainda, porque foram daqueles 189 projetos que foram selecionados, nós tínhamos um número maior de projetos em andamento. Então nós tínhamos, além dos R\$ 804.000,00, mais R\$ 1.532.000,00, que estavam aplicados em projetos. Do FEMA 8, do exercício de 2009, cujos projetos estavam em andamento ainda, mais R\$ 3.205.217,00. Então, nós tínhamos aí, cerca de 6 milhões aplicados em projetos voltados para as organizações não governamentais. Dos recursos do Fundo, nós tínhamos 6 milhões aplicados. Aqui, eu também relacionei cada um dos projetos apresentados pela



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

administração pública, e aí nós temos implantação de Parques Lineares, a implantação do Centro de Recuperação de Animais Silvestres no Parque do Anhangüera. E desses projetos todos, são 27 projetos que foram apresentados, eu coloquei o valor de cada um deles, e depois eu posso disponibilizar essa apresentação para que vocês tenham esses dados. Então, dos 27 projetos deu um total aplicado de recursos, de R\$ 24.676.844,09. Esses são projetos financiados com recursos do Fundo. A maior parte deles, com recursos gerados pelos Créditos de Carbono, cujo fundo é arrecadador de parte dos recursos de crédito de carbono. Esses recursos são aplicados em projetos apresentados pela própria administração pública. Já que a gente falou de créditos de carbono, os créditos de carbono, os recursos, gerados pelos leilões de crédito de carbono são canalizados para o Fundo, e são aplicados em ações já pré-definidas, a diretriz pré-definida pelo Conselho do Fundo de Meio Ambiente, porém, os projetos são analisados caso a caso pelo Conselho do Fundo, e deliberados por esse Conselho. Como a gente teve uma crise econômica mundial, que afetou diversos países, e por conta disso, caiu o valor do crédito de carbono no mercado internacional, então no ano de 2010 e 2011 não houve leilão do crédito de carbono referente aos aterros sanitários aqui, do município. Está previsto agora, para 12 de junho, o próximo leilão, que seria o terceiro leilão de crédito de carbono. A gente não sabe a que preço vai ser fechado, porque trata-se de um leilão, mas, com certeza, após esse leilão, o FEMA vai receber uma outra parcela desses recursos, e vai poder aplicar em projetos apresentados pela administração pública. Com relação à estrutura administrativa, aqui eu fiz algumas considerações do aumento da estrutura administrativa, que nós tivemos no Fundo, do reforço, tanto de equipamentos como de pessoal, porém, é importante falar que o DPP, que é o Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas, que gerencia o Fundo, ele detém aí, como recurso, cerca de 1/3 do recurso da Secretaria. Se a gente desconsiderar folha de pagamento e tal, mas dos recursos disponíveis para aplicação em ações ambientais, o Fundo detém cerca de 1/3 de todo orçamento da Secretaria. Então é um volume muito alto, e com uma estrutura bastante enxuta a gente consegue, ou está tentando, pelo menos, conseguir, gerenciar da melhor forma possível. Então o Fundo, apesar de ser novo, o Departamento de Políticas Públicas, que foi criado efetivamente em 2009, ele tem uma importância dentro da Secretaria, muito grande, com relação à execução orçamentária da SVMA. Com relação à prestação de contas, então, nós tínhamos aplicados, já com convênios firmados e com previsão de aplicação de recursos agora, para 2012, alguns projetos ainda, do edital número 4, que era de 2007. Então nós tínhamos 37 mil. Eram projetos que já estavam terminando. Do edital número 6, dos projetos que estavam em andamento, havia ainda, R\$ 1.077.000,00 para ser aplicados. Do edital número 7, R\$ 2.267.235,00 e do edital número 8, R\$ 474.619,00. Esses são os valores que já estavam comprometidos, com convênios já firmados, e os projetos estavam em andamento. A situação hoje, já modificou um pouco, porque alguns desses projetos já foram concluídos. Com relação a valores totais aplicados, de certa forma a gente já colocou. Em 2007 foram R\$ 885.000,00, em 2008, R\$ 1.834.000,00, 2009, R\$ 1.183.000,00, 2010, R\$ 3.021.000,00, e 2011, R\$ 3.621.000,00. Então aí tem todo um histórico desde 2007 até agora, dos recursos aplicados. Dos créditos de carbono, a mesma coisa. Em 2008 tivemos cerca de 11 milhões, quase 12, 11.756.000,00. Em 2009, R\$ 5.620.000. Em 2010, R\$ 32.444.000,00. E em 2011, R\$ 2.556.000,00. O plano de aplicação de recursos para 2012, até por uma exigência do próprio Tribunal de Contas, esses valores, essa previsão, ela é publicada em Diário Oficial anualmente, então, o que eu trouxe aqui é só um resumo. Mas está disponível no Diário Oficial. E aí a gente tem o valor orçado, o que é previsto no orçamento, para 2012, que foi R\$ 81.658.554,00. O valor orçado para execução do Fundo de Meio Ambiente. Como



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

nós temos esse recurso dividido em dotações orçamentárias próprias, específicas para aplicação, então nós temos relacionadas a arrecadações diversas, que seriam multas ambientais, alguns termos de compromissos ambientais que são firmados, usos de espaços públicos, e outras fontes de receita, nós temos, comprometido com o edital número 9, R\$ 3.000.000,00, que é o edital que foi lançado agora. Nós temos a contratação dos serviços de mapeamento da vegetação do município, da cobertura vegetal do município, que é R\$ 1.800.000,00, que está previsto. A assinatura de 9 projetos que já estavam aprovados, que estavam em fase de assinatura e foram assinados, R\$ 1.021.000,00, e despesas com projetos já firmados em 2011, que a gente ainda tinha R\$ 1.600.000,00 para estar liquidando. Com relação aos créditos de carbono, existem algumas desapropriações, para implantação de Parques Lineares, então, a desapropriação para implantação do Parque do Limoeiro R\$ 2.000.000,00. Para o Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva, aproximadamente R\$5.000.000,00. Implantação do Parque Linear do Alto do Aricanduva, desapropriação de área para implantação, R\$ 2.500.000,00. Para implantação do Parque Ribeirão Perus, R\$ 1.000.000,00. Para implantação de viveiros, que também é previsto, com recursos de crédito de carbono, cerca de R\$ 9.400.000,00. Revitalização e implantação de praças na região de Perus e na zona leste, R\$ 2.500.000,00. E obras que já estavam em andamento, de projetos que já haviam sido aprovados anteriormente, cerca de R\$ 4.061.000,00. Dos valores arrecadados de origem de multas por falta de inspeção veicular, por deliberação do Conselho do Fundo de Meio Ambiente também, esses recursos são aplicados em ações de transporte, principalmente. Então, nós temos hoje, projeto de recuperação do Centro de Controle Operacional de Tróibus, que está estimado em R\$ 1.255.000,00. A modernização da rede de tróibus, que seria a substituição de cabos e da estrutura da rede elétrica de tróibus, R\$ 9.451.000,00. E investimento em outras fontes energéticas renováveis, cerca de R\$ 1.200.000,00. São projetos que são apresentados pela Secretaria de Transportes, e são analisados por uma comissão técnica da Secretaria, e depois, submetidos ao Conselho do Fundo. Dos Termos de Compromissos Ambientais, existem as compensações ambientais, também por uma deliberação do Conselho, esses recursos são voltados para a implantação de áreas verdes. Então as compensações ambientais que exigem um termo de compromisso do empreendedor, os recursos são voltados para a implantação de novas áreas verdes. E isso envolve a desapropriação de alguns imóveis, para que se possam implantar essas áreas verdes. Nós temos desapropriações para implantação do Parque Clipperton, cerca de R\$ 3.500.000,00. Desapropriação para implantação do Parque Água Podre, R\$ 6.465.000,00, do Parque Guabirutuba, também desapropriações no montante de R\$ 7.368.000,00, desapropriação para a área do Parque Ribeirão Cocaia, nós temos duas ali, que uma é o valor que foi estimado pelo Departamento de Desapropriações, e outra é um reajuste de valores, então, tem R\$ 318.844,00, que é o valor estimado, e o reajuste de R\$ 8.220,00. A desapropriação para implantação do Parque Linear Córrego Itapuana, cerca de R\$ 4.000.000,00. Desapropriação para o Parque Linear Guaratiba, R\$ 3.000.000,00, para o Parque Linear do Córrego Bananal, R\$ 6.000.000,00, e para o Parque Linear do Parque Linear do Córrego do Bananal, R\$100.000,00. E para o Parque Linear Várzea do Cocaia, R\$ 4.000.000,00. Então, são muitos números, muitos valores, porque os projetos são muitos também. Então hoje, nós acompanhamos, dos projetos que foram selecionados por editais, a gente está com aproximadamente, 50 projetos em andamento. Fora isso, a gente acompanha também os projetos apresentados pela administração, que também não são poucos, e, gerenciar esses valores, tanto o valor da arrecadação, que a gente precisa acompanhar, porque um fundo, ele é composto de dinheiro que entra, e dinheiro que sai. Então, nós temos que controlar as contas de arrecadação, saber o quanto que entrou no



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

fundo, para saber o quanto podemos destinar para projetos ambientais. Então fazemos esse controle, e anualmente, prestamos contas para este Conselho, por conta da deliberação do Conselho sobre as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo. Aqui tem o nome da equipe técnica. Então, não são muitos. Mas ficamos à disposição. O CADES tem indicado um Conselheiro titular e um suplente no CONFEMA. Então, o Alexandre como Titular e o Abel como Suplente, eles que foram indicados recentemente. O Conselho do Fundo, assim como o CADES, ele também é composto pela sociedade civil e o poder público, e um dos membros da sociedade civil, que representa a sociedade civil, é indicado aqui, pelo CADES. Então, hoje, o Alexandre é o representante do CADES no CONFEMA. Fica aberto a perguntas. Cristina Antunes, por favor.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes - Sul 2. Rubens, a gente tem participado dos projetos, e a gente sente, na pele, o problema de defasagem entre o momento que a gente submete o projeto, com valores ajustados, e o momento da assinatura. Você sabe, a gente tem discutido isso, porque quando a gente assina o contrato, aquele valor já é irreal, e a gente tem problemas homéricos para dar conta do projeto com essa defasagem. Não existe, ainda, um instrumento, uma possibilidade de que esse valor seja, realmente, reajustado no momento do convênio? Esse projeto que nós estamos terminando agora houve uma defasagem de dois anos entre a apresentação e a assinatura.

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Na verdade, ainda não existe um mecanismo de reajuste, porque quando o projeto é apresentado, o edital de chamamento dos projetos, ele estabelece o valor para o projeto. Vamos supor que seja R\$ 100.000,00 estabelecido pelo edital. Se a instituição que se propôs a apresentar o projeto estimar o projeto deles em R\$ 100.000,00, eu não posso ultrapassar esse valor, porque eu vou desrespeitar o edital. Se o valor for menor, vamos supor que a entidade apresente um projeto de R\$ 50.000,00. Aí, pela Lei 8666, de licitações, eu poderia reajustar em até 25%, desde que esteja dentro do limite do edital. Na verdade, a equipe técnica que elabora os editais, ele já estabelece um valor compatível com os tipos de projeto que podem surgir, então na maioria dos projetos, ele já vem, ou no limite que o edital permite, ou muito próximo disso. Então, nem sempre a gente pode reajustar valor. Não existe um mecanismo ainda, porque senão a gente vai descumprir a legislação. E eu não sei até se serve de consolo, acho que não, mas enfim é bom citar que quando nós elaboramos o orçamento da Prefeitura também, nós elaboramos com um ano de antecedência. Então, em julho agora, nós vamos elaborar o orçamento para 2013. Acontece a mesma coisa, valores que são estimados hoje, para a gente executar o ano que vem, às vezes, no ano que vem, já está fora da realidade. Nos últimos anos, a gente não tem sentido muito isso, por conta de certa estabilidade econômica, que o preço estimado hoje, fica muito próximo do que vai ser praticado no próximo ano. Mas na época de inflação, nós sofriamos muito, com isso. Porque a gente estimava um valor hoje, e não se sabia qual seria esse valor daqui a um ano. Então, a gente fica “amarrado” por conta da legislação. Nós não temos, ainda, um mecanismo de reajuste senão a gente corre o risco de descumprir essa legislação.

Cons. Cristina Antunes: Eu imagino que não sejam poucas as entidades que têm dificuldade, depois, para cumprir o que foi proposto. Então, na verdade, têm que haver rearranjos na própria proposta de trabalho. Nas próprias atividades que vão ser executadas. A outra questão, Rubens, que você não entrou aí, mas enfim, a gente sabe que existe, é a questão das contrapartidas. As contrapartidas impõem dificuldades para as associações.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Para as entidades darem conta do recado. Então, eu queria saber se, com relação às contrapartidas existe alguma previsão de reconsideração com relação à própria prestação de contas? À prestação de contas da contrapartida que na verdade, coloca a gente em uma situação irreal, de ter que procurar jeitos de acomodar, para atender a demanda do FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, a contrapartida também é uma exigência legal. Como se trata de um convênio, normalmente convênio é diferente de contrato. O contrato, a Prefeitura vai lá e contrata alguém para prestar um serviço. Um convênio é uma espécie de contrato, em que ambas as instituições, tanto a Prefeitura como a instituição que está propondo o projeto, têm interesse em realizar. Então a legislação exige que a Prefeitura entre com uma parte, e que a instituição entre com uma contrapartida. Então, não temos muita flexibilização nisso. Com relação à forma de apresentação, existem duas formas de apresentação da contrapartida dos projetos. Então, aquela parcela que a instituição tem que apresentar, ela pode ser financeira, se a instituição possui recursos em caixa, para depositar, e normalmente são 10% do valor do projeto, num projeto de R\$ 100.000,00, R\$ 10.000,00 seria a contrapartida da conveniada. Nem toda organização não governamental tem recurso em caixa, a maioria delas não tem, porque são sem fins lucrativos, e a outra forma de contrapartida, ela é a contrapartida mensurável. Ou seja, a instituição pode entrar com bens, ou com recursos próprios, que possam ser mensuráveis, que tenham valor monetário, que possa ser medido, e esse valor entrar como contrapartida. Então, às vezes, o uso da sala que a instituição possui para poder fazer as reuniões, os cursos, o uso de equipamentos próprios da instituição, computadores, data-show, às vezes, o corpo técnico. Às vezes, a ONG tem lá um especialista, um engenheiro florestal. Então as horas técnicas que ele vai dedicar para o projeto, podem entrar também como contrapartida. Então, são chamadas contrapartidas mensuráveis. Ela não é financeira, ela não é depositada na conta do projeto, mas ela é oferecida. E é uma forma de ter certo compromisso. E não, assim, a ONG entra com o trabalho, e a Prefeitura entra com o recurso. Então a ONG também tem que entrar com uma parcela desse recurso, até para poder consolidar essa parceria. Esse convênio.

Cons. Cristina Antunes: Na verdade, não estou questionando existir a contrapartida. Deve existir mesmo. A questão que se coloca, talvez não seja aqui o fórum para discutir isso, é a forma como essa contrapartida tem que ser comprovada, tem que ser apresentada. Porque isso exige um nível de minúcia, que para as entidades, passa a ser irreal. Entendeu? É uma burocracia que realmente, inviabiliza essa prestação de contas. A contrapartida, nós jamais questionaríamos. E mais uma questão... Eu sei que ele está querendo fazer uma pergunta também, eu queria que você esclarecesse um pouco, assim, mais genericamente, Rubens, como é essa questão da destinação dos recursos, por exemplo, para projetos de atendimento a demandas da administração pública? Porque por exemplo, existe orçamento. Existe orçamento que você apresentou, do ano. Eu não entendo muito bem como o dinheiro do Fundo, que é um dinheiro público, pode ser usado, por exemplo, para desapropriações. Isso aqui não deveria sair do orçamento?

Secretário Executivo Rubens Borges: É assim, o orçamento, ele é realizado, e dentro de um limite de recursos, de um percentual de recursos de toda arrecadação da Prefeitura, a Secretaria do Verde tem um determinado percentual. Então, nesse percentual, ela vai colocar todas as ações que sejam de interesse, e de acordo com a política de meio ambiente, estabelecida pela administração, são colocados nesse percentual. Hoje, a gente tem um percentual até muito maior do que tínhamos há anos atrás, então hoje a gente tem



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

cerca de 3,5% a 4% do orçamento da Prefeitura, destinados à Secretaria do Verde. Esses recursos são divididos nas diversas ações. Tanto de manutenção, como de investimentos da Secretaria do Verde. Os recursos do Fundo, eles são aplicados, eles devem ser aplicados, em ações que não tenham sido previstas no orçamento. Para as ações do orçamento, já existe uma previsão. Os recursos do Fundo são para aquelas que não foram previstas, ou que aqueles 4% do orçamento não conseguiram atender. Porém, os projetos apresentados pela administração pública, são para utilização dos recursos de Crédito de Carbono, que é um recurso que veio extra, digamos assim, porque era uma coisa não prevista, e é por caráter temporário, assim que terminar o projeto dos aterros, esses recursos vão findar. Isso foi discutido, juntamente com a população, em audiência pública, quais seriam as aplicações desse recurso. Os recursos para implantação do Parque Linear Perus, os da zona leste, a implantação do Centro de Recuperação de Animais Silvestres, tudo isso foi apresentado para a população, discutido com a população, alterados em função da demanda que a população tinha, e aí, esses recursos são destinados para esse fim. A mesma coisa acontece com os recursos gerados pelas multas da inspeção veicular. Como são multas geradas por uma ação da Prefeitura para redução da poluição atmosférica, então os recursos são voltados para ações de utilização da energia limpa na área de transportes. Porque aí, ficaria estabelecida uma relação. E no caso, transporte, não é um assunto diretamente ligado à Secretaria do Verde e Meio Ambiente, mas a poluição gerada pelo transporte, sim. Então a Secretaria de Transportes apresentou o projeto de recuperação da rede de trólebus e do centro de operações deles, para utilização dos recursos gerados pelas multas de falta de inspeção.

Coordenadora Helena Magozo: Só complementando, eu acho que o Rubens explicou bem, mas complementaria o seguinte: a lógica da cautela do zelo, na aplicação dos recursos do Fundo. Uma das questões que se coloca, por exemplo, os recursos de crédito de carbono, por serem advindos de capital, por normativa federal, eles só podem ser usados em investimentos públicos. Realmente, concretamente então, no caso do patrimônio ambiental, em desapropriação, em construção de parques. Essa outra questão, o que cabe ao orçamento, o que cabe ao Fundo, é por conta disso, que o TCM, está nos solicitando previsão, planejamento de uso dos recursos do FEMA. Que não só se determine o quanto vai aplicar, mas no que vai aplicar. Para não haver uma duplicação. E o cuidado é não aplicar em atividades contínuas, porque como o Rubens bem explicou, nós não sabemos qual vai ser a arrecadação do FEMA, não é que nem o orçamento, que eu prevejo tanto para cumprir os serviços e as atividades contínuas. Então, eu não posso prever atividades contínuas porque eu não tenho garantia daquele recurso no orçamento vindouro, Prevejo em agosto de um determinado ano e a arrecadação se confirma no ano vindouro. Então as duas questões se colocam. Então, as questões de desapropriação, e de construção de parque, elas procedem enquanto aplicação. Não se justificariam se ocorressem por falta de recurso orçamentário para aquele objeto, complementar com recursos do FEMA, mas dentro de um sistema de planejamento, elas são legítimas. E elas são controladas pelo TCM e pelo Ministério Público, nesse sentido.

Cons. Cristina Antunes: Valeu. Obrigada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mais alguma questão? Por favor.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Ângelo: Ângelo da Sociedade Ambientalista Leste. Uma parte, a colega já... Ela, na questão de obras financiadas pelo FEMA, que a comunidade, isso a gente vê pelos diversos Conselhos que a gente participa que seria inerente da municipalidade ter essa obrigação, e acaba sendo do Fundo. E a questão do Crédito de Carbono, qual a porcentagem que vai para o FEMA, os 100% arrecadado, ou uma porcentagem? No caso, por que, a gente está acostumado a ter, no aterro São João, seria preferencialmente aplicado à região de São Mateus, Tiradentes, (incompreensível), Pirituba... Isso continua sendo, ou está abrindo exceções para outra área, está se usando o valor referente ao crédito de carbono?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Os créditos de carbono estão sendo aplicados nas regiões de operação dos aterros. Até porque o critério foi porque é a população mais atingida, mais afetada pelo funcionamento do aterro. Porém, não existe uma obrigatoriedade legal. Existe uma deliberação de que os recursos sejam, preferencialmente, aplicados nessa região. Mas isso vem sendo respeitado. Não há aplicação de recursos dos créditos de carbono, que não sejam nas regiões dos aterros, tanto do São João quanto do aterro Bandeirantes. Com relação às atividades que seriam inerentes à administração, e não ao Fundo, foi aquilo que a Helena falou: as atividades que são inerentes à administração e estão previstas no orçamento, elas são executadas com recurso da administração. As do Fundo, elas são atividades que não constam do orçamento, mas que também são necessárias e discutidas com a população antes da aplicação, que cumprem a deliberação deste Conselho nas diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo, e que cumprem também, a deliberação do Conselho do Fundo, porque os projetos são aprovados projeto a projeto. Eles são analisados tecnicamente, e aprovados pelo Conselho, para a aplicação do recurso. Se eventualmente, houver algum questionamento, o Conselho do Fundo realiza o questionamento, e a equipe técnica da Secretaria se dispõe a estar esclarecendo. Realmente não há sobreposição de aplicação dos recursos, ou das competências. Mais alguma questão?

Secretário Eduardo Jorge: O Rubens está sempre aqui conosco. Vocês receberam todos esses dados, podem depois, em outras reuniões, questionar o Rubens e a Helena. Eu queria aproveitar, já que estamos com o Secretário Bucalem, entrarmos já no segundo ponto da pauta. E o Rubens fica à disposição para outros esclarecimentos em outras sessões. Já, vocês, com os dados na mão, podem continuar conversando sobre esse assunto. De toda forma, eu quero só fazer algumas observações, não são 4% de orçamento. É 1,2%. Era 0,4, mas agora é 1,2, mas não é 4. Melhorou muito. Agradeço ao prefeito. Mas ainda é 1,2. Sobre os fundos, amigos, realmente, nós temos aqui na cidade de São Paulo, eu quero fazer nessa apresentação anual esse registro, porque eu também sou representante de um outro fundo desse tipo, que é o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que foi criado com a Lei Climática Nacional, em 2009. Então tem o Conselho lá em Brasília, e eu represento os municípios, indicado pela Federação Nacional dos Municípios. Dois anos e meio, nós aprovamos, até agora, uns 9 projetos, 9. E olhe que são projetos que entram universidades federais. E todo recurso do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que no ano passado, era de 300 milhões, sendo 30 milhões não reembolsáveis e 270 reembolsáveis via BNDES. E foram 9 projetos. No total de uns 10 milhões. Por que eu digo isso? Isso, para ressaltar e parabenizar as entidades, as quase 400 entidades que foram candidatas, 100 entidades que foram selecionadas para os projetos, e também as Secretarias que apresentaram projetos, foram aprovadas no conselho do Fundo, e estão gastando, de 2007 para cá, 2008 para cá, todo esse recurso. É um Fundo municipal. São 400 entidades que apresentaram



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

candidaturas. 100 delas foram aprovadas. Mais uns 30 projetos de Secretarias outras, Transportes, Habitação etc. Isso daí significa que as entidades, e a equipe comandada pela Helena e pelo Rubens estão conseguindo vencer a maratona burocrática para gastar um recurso desses. Porque vejam, em Brasília, nós estamos com 300 milhões à disposição. E até agora, 10 milhões, no máximo, foram aprovados. Isso significa que existe um rigor muito grande. E tem que ser assim. Porque esse dinheiro é dinheiro público. Tudo é controlado, fiscalizado, auditado. Muitas vezes, as pessoas de entidades pensam que reclamando comigo, adianta alguma coisa em relação ao rigor do Rubens e da Helena. Não adianta nada. Eu digo para eles: é para o seu bem, e para o nosso. Porque depois o Tribunal de Contas vai dar problema para eles, e para eles. Para a entidade, e para eles. Então, tem que cumprir, tem que ter os documentos. “Ah, mas faltou um documento”, não pode. Faltou uma prestação de contas, tem que devolver o dinheiro. Então, eu queria então, parabenizar as entidades, ao Rubens e à Helena, que conseguem, com transparência total, com rigor, pular todos esses obstáculos, e chegar à reta final e romper a faixa e fazer os projetos. É realmente uma proeza. Eu queria agradecer a vocês em nome da Secretaria. Tanto as entidades, quanto você, Rubens, a Helena e toda equipe que ficou ali. Vocês viram que a equipe não é pequena. Porque isso aí é uma burocracia, é uma quantidade de documentos, é uma fiscalização muito grande. É uma equipe grande que está trabalhando. Mas vale a pena, porque isso daqui, no fundo, é educação ambiental. Às vezes, o Tribunal de Contas pergunta por que a Rose Inojosa do Departamento de Educação Ambiental criado, tem um orçamento X, se não poderia ser X + X. É porque não leva em conta isso daqui. Isso aqui é um dinheiro grande, para a Secretaria do Verde. Isso aqui é quase ¼ do orçamento todo da Secretaria, e isso tudo aqui é gasto em áreas de educação ambiental, ou alguns projetos de ampliação de áreas verdes. Então, eu queria então, agradecer, Rubens e à equipe, e às entidades que estão trabalhando com o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Eu passo então ao segundo ponto, que já estamos aqui, com a presença do Secretário Bucalem, que a pedido de alguns Conselheiros, não lembro quais, já vem, há algumas sessões, pedindo uma exposição e uma conversa sobre o plano de macrodrenagem, que está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano. Foi marcado, o Secretário está comparecendo, eu vou passar a palavra para ele. E até dar uma explicação: nós estávamos com uma pauta muito, muito, extensa para hoje. Então o terceiro item que era a votação do Licenciamento da Reurbanização da região do Córrego da Ponte Baixa, na Capela do Socorro, nós tivemos que jogar isso para semana que vem. Então, semana que vem nós vamos ter, provavelmente, uma sessão extraordinária, especificamente para votar, com mais calma, o licenciamento da região da Ponte Baixa, que é uma coisa muito urgente. É uma região que dá enchentes, já morreu gente há uns 4 anos atrás, naquele local. A SIURB já apresentou um projeto, o DECONT está finalizando o Parecer. Deve ter uma reunião da Câmara Técnica ainda, no começo da semana que vem, e é provável que a gente tenha uma reunião extraordinária na próxima semana. A Helena vai avisar para vocês. Porque é muito urgente essa reurbanização do Córrego Ponte Baixa, pela Secretaria de Obras da cidade de São Paulo. Então, eu passo a palavra ao Miguel Bucalem, Secretário municipal do Desenvolvimento Urbano. O tema é o plano de macrodrenagem. A Helena pede para quem tenha alguma observação, alguma crítica, alguma sugestão em relação à ata que foi distribuída anteriormente, se manifeste. Não havendo, eu ponho em votação. Se estiverem de acordo fique como estão. **A Ata da 139ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.** Vamos ao último ponto da nossa pauta hoje, que é a apresentação do plano de macrodrenagem da cidade de São Paulo. Secretário.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: A solicitação desta apresentação veio já, de algum tempo, da Conselheira Ros Mari Zenha, depois reforçada pela conselheira Cristina Antunes.

Secretário Miguel Bucalem: Bom dia a todos. Bom dia aos Conselheiros do CADES, aos convidados. Bom dia Secretário Eduardo Jorge. Gostaria de agradecer o convite para vir a essa reunião do CADES, e poder falar um pouquinho desse projeto que desenvolvemos no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas com uma grande interação com as demais Secretarias do município. Queria me desculpar aqui, pelo atraso, hoje, por meio de um engano, eu acabei indo para a UMAPAZ. Podia ter escolhido um dia melhor para errar, mas foi o dia que eu errei. Então, eu tive um pouquinho de atraso. Queria também mencionar, aqui me acompanham da Secretaria, o João Silva André, que é professor da Escola Politécnica, me ajudando em várias questões, inclusive a de drenagem. A Valéria, o Mário Rui, que são da equipe que acompanha o desenvolvimento do plano de drenagem. Também gostaria de mencionar a presença da Mônica Porto, professora da Escola Politécnica, que é a Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, que desenvolve juntamente com a Secretaria e com a Prefeitura esse projeto, o professor Rubem Lalena Porto, também da Escola Politécnica, e membro da equipe de projeto. Eu vou passar à apresentação, obviamente, para situar o desenvolvimento do plano de drenagem, vou dar algumas informações que acredito que sejam conhecidas de todos, mas que acho que é bom para poder contextualizar o desenvolvimento do trabalho. Não dá para pensar em drenagem no município de São Paulo, sem reconhecer que nós estamos inseridos na Bacia do Alto Tietê, e aqui fica muito bem localizada nesse gráfico. Então aqui está a Bacia do Alto Tietê. Ela aqui mais próxima mostra a interdependência com os diversos municípios da região metropolitana, ou seja, controlar a questão da água no município de São Paulo, envolve os municípios da região metropolitana. E aqui, para ter uma ideia da topografia, os rios principais, que todos conhecem Tietê, Pinheiros, Tamanduateí, e a topografia que envolve a nossa questão de drenagem. Vou passar rapidamente também, um condicionante muito importante é a urbanização. Essa era a nossa situação em 1930. Os meandros do Rio Tietê. É interessante só ver, logo em seguida, como é a situação presente, e os meandros estão plotados para ver como o processo de urbanização interferiu com a própria condição natural que existia na Bacia. E hoje, nós então, desenvolvemos, ou seja, a cidade teve uma política de urbanização, onde houve a canalização, a retificação de muitos córregos, a ocupação desses fundos de vale, e hoje, essa é uma situação esquemática, mas que se repete no âmbito do município de São Paulo e de outros municípios vizinhos. E esse é o nosso sistema de microdrenagem. E esses condicionantes devem ser considerados, obviamente, na questão do Plano de Drenagem. E aqui tem onde a grama, que foi feito pela fundação, Centro Tecnológico de Hidráulica, onde eu acho que ele coloca muito bem os efeitos, os impactos da urbanização, no âmbito do Planejamento para Drenagem. Então, temos os quatro efeitos, a impermeabilização, a ocupação das várzeas, o assoreamento e o lixo. Aqui são os impactos de cada um desses efeitos, já. O aumento da velocidade de escoamento. E o aumento de equipamento superficial do ponto de vista da urbanização, do ponto de vista do assoreamento do lixo, a redução da capacidade do sistema de drenagem, a poluição difusa, ponto de vista dos esgotos, muitas ligações ainda, clandestinas, com lançamentos de esgotos na drenagem, e a ocupação das várzeas, que vai aparecer na sequência. Esse aqui é um efeito de equipamento superficial, é a redução da recarga dos aquíferos, poluição difusa e lançamento na drenagem, toda questão da poluição hídrica dos córregos e dos rios. E várias dessas têm impacto direto na inundação, ou seja, aumento da velocidade de escoamento, escoamento superficial, e a redução da capacidade do sistema



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de drenagem, outros têm impacto na redução da disponibilidade de água. Então, acho que isso dá uma visão geral, como eu falei autoria do slide do FCTH, eu estou interpretando aqui, mas dá uma visão geral dos impactos da urbanização. Também, aqui complementando, o efeito do uso do solo na medida em que você transforma o terreno natural em um terreno urbanizado, a gente pode ver aqui. Esse aí é o diagrama vazão, tempo, na situação original, tem um pico muito menor, e tudo ocorre de forma mais gradual, na medida em que nós estamos em um processo de urbanização, há uma aceleração do pico. O pico é bastante maior devido aos condicionantes do balanço hídrico, e das próprias condições de escoamento. Obviamente, também tem a questão da ocupação das várzeas, onde um dos efeitos é ter áreas inadequadas para ocupação, mas também é pelo aumento, da quantidade de água escoada, a área de inundação também aumenta. E aqui também tem o efeito, do ponto de vista de vazão, tempo, pré-desenvolvimento, antes do desenvolvimento, uma curva atual, vamos dizer, em uma determinada situação e a continuidade desse processo. Então têm vários condicionantes. A diminuição do tempo de concentração, o aumento da quantidade de água que precisa ser escoada, e pico de vazão. Então tem todos esses condicionantes. Vamos falar um pouquinho, então, agora do efeito. Obviamente, você vai desenvolver um plano de drenagem para o município de São Paulo, ele tem que estar perfeitamente integrado ao plano de macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê. E esse esforço tem sido feito. Há uma integração grande das equipes. E nós temos aí, em curso, a terceira revisão do plano diretor de drenagem da Bacia do Alto Tietê - FEDEMAT 3. E esse trabalho tem sido feito com bastante harmonia, e há uma integração grande entre as equipes. O plano de macrodrenagem foi desenvolvido, primeiro, em 1998, e sofreu uma atualização em 2010. Agora, essa atualização é uma atualização de bastante fôlego, que considera todo o potencial de medidas estruturais, não estruturais, e há como o senhor João Ciro tem feito essa integração entre as equipes. Essa é a nossa situação, hoje, dos reservatórios de retenção, no município, e tem a capacidade de armazenamento de 5,5 milhões de metros cúbicos. Então são piscinões, ou reservatórios de retenção no município. Então esses problemas, aqui, são conhecidos. Potencial de transbordamento dos principais córregos, alagamentos, deslizamentos, inundações e assoreamentos, e com as consequências ruins para a cidade, que também todos conhecem. Têm alguns desafios que são colocados, que é deter a impermeabilização da cidade, induzir o aumento das áreas permeáveis, ampliar a infraestrutura de drenagem, eliminar áreas em rios e córregos, controlar o assoreamento, e também, bastante importante, manter o sistema de drenagem na sua capacidade plena. Ou seja, isso implica um grande esforço de manutenção do sistema. Nós temos, no âmbito das ações do município, um programa de obras em andamento, que é implementado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, e obras de menor porte pela Secretaria Municipal das subprefeituras. A implantação dos programas da Secretaria da Habitação, de urbanização de favelas e regularização de assentamentos precários, que nesse processo, se faz um trabalho, também, no manejo de águas pluviais. O programa de parques lineares aqui, da Secretaria, que tem sido feito com tanto sucesso, com tanto impacto positivo para a cidade, no âmbito das operações urbanas. É necessário, cada vez mais, na hora que se renovam as áreas, ter a questão das águas muito presentes, isso tem sido feito, principalmente agora, tanto na Água Espraiada, como na revisão da Água Branca. Isso tem sido central. A manutenção do sistema, sistemas de monitoramento e alerta, e nisso se insere o plano de drenagem do município. Quais são os objetivos principais do plano? Com a perspectiva de médio e longo prazo, reduzir os riscos de inundação, implantar um sistema de gestão sustentável do sistema de águas pluviais, articular ações de drenagem com o planejamento territorial da cidade e dos demais serviços de saneamento básico, e



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

apresentar um conjunto, um programa de ações estruturais, não estruturais. Ações que sejam mitigadoras, potencializadoras, para que se tenha o melhor desempenho possível das intervenções, e se maximize o benefício pelo custo. Então são os grandes objetivos do Plano. Nós temos o ponto de vista de intervenções físicas. Essas são as obras principais, os reservatórios, os parques lineares, e a possibilidade de ampliação de canais e galerias. Temos também, medidas que dão sustentabilidade ao Plano, as posturas legais de controle de uso e ocupação do solo, que vai ser uma parte integrante do Plano, o zoneamento das áreas inundáveis, o desenvolvimento tecnológico, capacitação das equipes, propostas de aprimoramento dos serviços, e do sistema de alerta. Então, isso aqui é um pouco das ações que complementam que não estão relacionadas, especificamente, com obras. A reurbanização também é uma parte fundamental do plano, mencionei operações urbanas e água urbana. A questão das famílias que vivem em área de risco. Medidas para recompor, mesmo que parcialmente, a capacidade de retenção da água, recompor as condições naturais, controle de poluição difusa, a recuperação dos rios e de suas margens. E aqui aparece parques lineares de novo, que ela está também relacionadas às medidas de reurbanização. Tem três pilares, esse plano. Diretrizes e subsídios para aprimorar a regulamentação do uso e ocupação do solo, um manual de drenagem urbana, que permita um apoio, uma base técnica para todos que se relacionam com a drenagem no município. Quem desenvolve obras, quem está ligado ao planejamento, todos os interlocutores e atores no município. E um programa de drenagem para as Bacias do município. Programa detalhado, de longo prazo, para as Bacias do município. Então esses são os 3 conjuntos de ações. Por favor. Eu vou falar um pouquinho do que se refere à regulamentação de uso e ocupação do solo. Nós temos, na nossa legislação urbanística, pelo PDE e pelos planos regionais estratégicos. Naturalmente, esses instrumentos legais passam sempre por um processo de revisão e aprimoramento. E é importante que a questão do manejo de água seja introduzida no aprimoramento dessa legislação, e também, o plano estratégico de longo prazo, que vem sendo desenvolvido, e que tem, como uma de suas prioridades, a recuperação dos rios e os parques urbanos, como dois de seus projetos catalisadores. No manual de drenagem, falar um pouquinho do público alvo, no âmbito do planejamento de projetos de drenagem urbana. Ele tem o objetivo de orientar o planejamento e controle do uso do solo, dar subsídios. E no projeto análise e aprovação de novos empreendimentos também dar subsídios. O manual estabelece vários critérios para o tratamento da drenagem urbana por Bacias, que isso já é feito variáveis hidrológicas, elementos hidráulicos, principalmente para o controle na fonte, e demais atividades e orientações que eles devem então, dar. Quais são os objetivos do plano, agora mais geral, do programa de drenagem das Bacias? São os programas específicos que vão ser desenvolvidos. Reduzir progressivamente o risco de inundação. E o objetivo, no longo prazo, é uma meta, não vai ser toda a Bacia que nós vamos conseguir atingir essa meta, pelas características de ocupação do município, mas como uma meta, tendo como uma referência, países que resolveram melhor essa questão da drenagem, já, buscar um período de retorno de cem anos. Possibilitar a convivência com o menor risco, quando se exceder a capacidade do sistema, de drenagem, mesmo que se faça um grande esforço, e se projete todas as obras e medidas para um determinado período de retorno. Esse período de retorno sempre pode ser ultrapassado. E quando eles forem ultrapassados, como encontrar a melhor forma para conviver, que a população conviva com eventos desse tipo. E ter um instrumento de gestão para que no cenário de TR de cem anos, se consiga então, controlar melhor os problemas de inundação e de poluição difusa. Aqui, eu só vou falar um pouquinho das questões relacionadas à urbanização. Vamos dizer, quando nós temos uma área urbanizada,



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

dependendo do período de retorno, nós vamos ter sempre um diagrama curva vazão, mas isso sempre depende da intensidade da chuva. Então, nós temos para diferentes períodos de retorno, temos vários diagramas, curva vazão. Tempo vazão. E para cada um desses períodos de retorno, nós vamos ter uma zona de inundação. Vamos dizer uma chuva correspondente a um período de retorno menor, vai produzir uma zona de inundação não muito grande. Uma zona maior. E, sequencialmente, eu não sei se eu tenho para a última, mas para chuva, quando (incompreensível) vai ter uma zona de inundação diferente. E é muito importante se mapear essas zonas de inundação, para poder determinar o melhor tratamento. Tanto do ponto de vista de legislação, como também do ponto de vista de ação no caso desses eventos. Então, um elemento importante dos programas das Bacias vai ser o mapeamento das zonas de inundação. Os programas para as Bacias, eles vão procurar, no longo prazo, encontrar um conjunto de medidas. Então as medidas são estruturais, são obras, medidas não estruturais podem ser mitigadoras, potencializadoras, controle na fonte, legislação. Então é o conjunto de ações que vai se procurar encontrar, para no longo prazo, atingir os objetivos e diminuir os riscos de inundação. É muito importante que nós atentemos que nós estamos em um processo de planejar o longo prazo, mas com uma série de ações em andamento. Nós temos parques lineares, do ponto de vista da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, temos obras estruturais, sendo desenvolvidas, implementadas pela SIURB. Essas obras e esses parques, eles são condições de contorno para esses programas de drenagem, e vão ser desenvolvidos ao longo do tempo. Eu vou dar um pouco mais de detalhes sobre esses programas. Mas cada uma dessas obras e parques passou por um processo de estudo de aprovação, e tem o objetivo de resolver um problema específico. Então eles são interpretados como condições de contorno para os programas de drenagem. No âmbito dos programas de drenagem, vai já, ser feita, uma avaliação ambiental estratégica, para facilitar, depois, a análise de cada intervenção específica, e também será realizada uma análise benefício/custo desse conjunto de intervenções. Nós vamos pensar só num potencial conjunto de intervenções, mas várias opções, e o que vai determinar a escolha da abordagem em uma determinada Bacia é benefício/custo. Então aqui, acho que já há um nível de detalhamento maior, mas todas as atividades que estão previstas para cada programa de Bacia, ela passa por modelos hidrológicos/hidráulicos, que vão ser desenvolvidos considerando o regime mais recente das chuvas. Você tem toda uma questão de mapeamento de terreno, de medidas subsidiárias, depois, o próprio exame das várias intervenções. Por exemplo, para as medidas estruturais, esses programas, eles vão chegar até o anteprojeto das intervenções, já que os custos vão ser quantificados com uma determinada precisão. Aqui têm alguns elementos, o filme fala por si próprio. Eu não preciso falar. É uma simulação computacional - 2D que vai ser objeto desses programas de drenagem, para poder identificar as áreas de inundação nos determinados períodos de retorno. O objetivo, aqui, era só dar uma ideia de que é necessário, ou faz parte desses programas, a simulação e a identificação das zonas de inundação. Depois os professores da Fundação, professora Mônica, professor Rubem, podem, se tiver necessidade, dar mais detalhes. Esses slides são para mostrar, a importância do controle da urbanização. Nós temos uma condição, uma área urbanizada, uma determinada Bacia, e por um determinado tempo de retorno, tem uma área inundada. Então promove uma intervenção para resolver esse problema. Como se resolve o problema, mas na medida em que se continua a urbanização, pode voltar o problema nesse ponto, ou se continuando mais, uma nova obra é feita, o processo de urbanização continua, aparece uma inundação em outro lugar, e esse processo é um processo contínuo. Então é muito importante que no âmbito desse programa se faça, não só a previsão das intervenções, mas como vai se controlar a urbanização no



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

território da Bacia. Porque, senão, é um processo infundável. Você precisa de sempre estar fazendo outra obra para mitigar, os efeitos, aí, da urbanização. Agora, eu vou falar um pouquinho da situação atual. Eu vim fazer um relato, até dei o título da apresentação: Desenvolvimento do Plano. Porque é algo em andamento. Fazer um relato do estágio atual, do desenvolvimento das várias etapas do plano. O plano, ele envolve ações de desenvolvimento institucional, ações de planejamento e gestão, um manual de drenagem, que falamos um pouco já, os programas de drenagem para as Bacias, e vai envolver também, uma interação por meio de consultas públicas, e a consolidação dos trabalhos até dezembro de 2012. De uma parte. Não dos programas das Bacias. No âmbito desse programa, estão sendo identificadas todas as interações entre os órgãos que interferem, ou que se manifestam sobre a drenagem. Vai ter uma proposta de articulação, de melhorar essa articulação, e também articulação institucional entre o município e o estado, porque, é claro, não dá para melhorar a drenagem no município, se não tiver uma ação integrada com o governo do estado. A questão de revisão, atualização e complementação da legislação é um processo contínuo, mas que vai haver recomendações, e esse zoneamento de inundação. Há também uma proposta de indicadores de gestão para controlar as ações e as medidas que estão sendo propostas. Há, também, toda uma questão de cadastramento, da infraestrutura existente, que faz parte desse contexto. Uma questão importante, que é o aperfeiçoamento do sistema de alerta e como lidar com as emergências. Nesse âmbito desse programa, vamos fazer implantação de sistema georreferenciado de informações sobre drenagem, e águas pluviais do município. Tem toda uma questão de levantamento e registro dessas informações. Aqui, a macroestrutura dos itens do manual de drenagem, ele discute, um sistema de drenagem urbana, planos diretores de drenagem urbana, aspectos tecnológicos e gestão da drenagem urbana. Isso é o conteúdo do ponto de vista macro, por exemplo, no volume 3 aspectos tecnológicos, são discutidos os fundamentos hidrológicos, hidráulicos, qualidade da água, transporte de sedimentos, medida de controle de escoamento superficial. E também haverá diretrizes para os projetos de diversos tipos de intervenção. Vou falar um pouquinho do programa de drenagem das sub-Bacias. Nós colocamos em Consulta Pública o termo de referência para 6 Sub-Bacias, que foram escolhidas, que eu vou passar rapidamente. E qual é a função desse contrato com a Fundação FCTH? Uma, eles auxiliaram a Secretaria na elaboração do Termo de Referência, trouxeram a competência técnica e os requisitos de estado da arte, para que os nossos programas refletissem o que de melhor pode-se ter em nível mundial, e também está previsto o acompanhamento técnico durante a elaboração desses trabalhos que vão ser contratados. Cada Bacia terá um contrato específico. Essas foram o conjunto de Bacias selecionadas. São seis Bacias. Aqui eu já falei um pouco, é o que se procura. Essas são as Bacias: Aricanduva, Cabuçu de Baixo, Verde, Ipiranga, Cordeiro e Morro do Este. E por que elas foram escolhidas? Há uma motivação para a escolha dessas Bacias. Elas já cobrem 20% da população do município, 22% dos domicílios permanentes, e estão em regiões de alta densidade demográfica. Eles abrangem também, características diferentes das Bacias, as várias zonas, elas estão integralmente contidas no município de São Paulo, nós até temos um controle maior desses estudos, e elas têm características diferentes, de ter lidado com o manejo de águas, tem Bacias que estão totalmente urbanizadas, com canalizações fechadas, como o Córrego Verde. Nós temos o Córrego do Aricanduva, onde você tem canalizações abertas na sua maior parte. Temos um grau diferente de urbanização dessas Bacias. Elas representam um conjunto significativo, com uma abrangência territorial para as várias regiões do município, dos desafios. Como são as primeiras, elas vão se responsáveis também, para estabelecimento das metodologias para os demais estudos que virão



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

posteriormente. E aqui, vou passar isso muito rapidamente, para cada Bacia, como um estudo preliminar a ser fornecido. Já houve um trabalho interno grande de mapear as intervenções que já foram implantadas, que estão planejadas do ponto de vista de obras físicas, e também parques lineares, e uma interface com os programas de urbanização de favelas, de loteamentos precários da Secretaria da Habitação. Esse conjunto, que vai ser integrado quando os estudos forem desenvolvidos efetivamente, já está sendo mapeado e isso vai ser fornecido. Isso se repete para as demais Bacias. Condicionantes de obras e parques para cada uma dessas Bacias. Só para finalizar, aqui, no âmbito do programa de drenagem, eu acredito que esse programa de Bacias prioritárias é muito importante, porque ele vai dar possibilidade, realmente, de avançar, e também todas as outras etapas do plano, que se aplicam de forma global para toda a cidade. Todos os elementos não dependem, especificamente, de uma Bacia e estão em pleno desenvolvimento. Eu acho que eu vou parar por aqui, e vou me colocar à disposição. Já vou me dar a oportunidade de me socorrer dos professores, e da equipe técnica para poder tentar responder da melhor forma possível, possíveis questões.

Coordenadora Helena Magozo: Eu vou pedir para o Secretário Bucalem sentar aqui à mesa. Eu sugeriria que esse corpo técnico que o senhor citou pudesse ficar aqui, mais próximo para uma necessidade de intervenção, para a nossa organização. Por favor, sentem aqui na frente. Os Conselheiros que quiserem se manifestar se inscrevam, por favor. A Mary vai anotando. Cristina, Ros Mari, mais algum Conselheiro ou, Conselheira? Por enquanto, a Cristina e a Ros Mari. Cristina, por favor, então.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia, Secretário. Obviamente, esse plano é muitíssimo bem-vindo. É uma necessidade antiga, mas nós temos algumas inquietações com relação a um divórcio entre ações que já estão em andamento, e o que o próprio plano propõe. Eu vou me ater à questão da Bacia do Cordeiro. Existe em andamento na Secretaria de Infraestrutura Urbana, um projeto que já deveria ter sido iniciado, de intervenções, eu diria assim, um projeto que se arrasta há mais de 30 anos, porque desde a abertura da avenida que liga a Marginal à Diadema, nós temos repetição de casos de enchentes, esses casos foram tratados pontualmente, e nós nunca tivemos uma solução total. Mais uma vez, a Prefeitura vem com um projeto que tem intervenções pontuais, sem levar em conta os contribuintes do Cordeiro. Nós já discutimos várias vezes, inclusive aqui no CADES. Nós temos, entre os impactos que o senhor mencionou problema de impermeabilização, assoreamento, lixo, e falta de controle do processo de urbanização. Esses três itens estão presentes nesse projeto da SIURB. Na parte de impermeabilização, em lugar de praças, serão feitos piscinões. Portanto, nós temos praças que cumprem serviços ambientais, são praças consolidadas, pelo menos três que são antigas no bairro, são praças com formação antiga, e que darão lugar a piscinões. Nós sabemos a dificuldade que a Prefeitura tem em fazer manutenção de piscinões. Os próprios subprefeitos já se colocaram com relação a isso, porque não têm verba própria. Dependem de verba da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, para fazer as intervenções, portanto, a gente pode esperar que no médio prazo, esses piscinões, se é que vão cumprir alguma função, vão estar assoreados, e não vão mais atender ao objetivo básico. Além disso, os afluentes do Cordeiro não foram considerados no cálculo da Bacia dessa intervenção. A questão do assoreamento, lixo, a concessionária que cuida agora, da nossa região, a SOMA, eles alertam que o trabalho de limpeza de bueiros que lhes cabe, se limita à limpeza das grades. Aquelas cestas que estão nas bocas de lobo. Ou nas bocas de leão. O resto da galeria, a limpeza continua sob responsabilidade das



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

subprefeituras que também, para isso, não têm verba própria, dependem de liberação. Eu falo com relação à dificuldade que existe, de aprovação das verbas, e do encaminhamento dos recursos para cada subprefeitura, para qualquer intervenção que seja feita nas subprefeituras, sob o título de zeladoria. E a questão da falta de controle do processo de urbanização. É absolutamente dispensável falar aqui. A nossa região está sofrendo um impacto brutal, da operação Urbana Água Espraiada. O processo de verticalização, de adensamento construtivo, lá, é absolutamente flagrante, a operação urbana, de uns anos para cá, foi alterada. Faz um “L”. Acompanha o Córrego das Águas Espraiadas, mas tem impacto em toda a região. Vai até a Ponte da João Dias. E o processo de adensamento, que é galopante, não leva em conta, nem a capacidade de suporte local, que nós vamos ter uma dizimação das edificações antigas que há lá, como também, não está levando em conta esse sistema de drenagem, esse sistema de macrodrenagem, que, surpreendentemente, não está considerando o dreno do Brooklin. O trecho do Rio Pinheiros que deveria receber as águas do Cordeiro, na verdade, é um lago, porque está entre duas estações elevatórias. Não flui mais. Aquela é água parada. Para substituir essa função, foi criado o dreno do Brooklin, que quem entrar lá, realmente, vai ter pesadelos, porque o que tem dentro do dreno do Brooklin é assustador. Desde carcaças de carros até móveis, lixo, tudo que possa imaginar. Existe um relatório da própria SIURB que mostra essa situação, que é fantasmagórica no dreno do Brooklin. No entanto, o dreno do Brooklin não foi considerado nesse projeto da SIURB. Tanto quanto não foi considerado o Córrego Enxovias e o Córrego que é batizado de Canumã, que é uma das causas de enchentes localizadas lá na nossa região. Secretário, o que eu pergunto, é o seguinte: eu sei que esse projeto é um projeto para o futuro. Não é para agora. De que jeito nós poderíamos nos poupar, pelo menos, de impactos negativos imediatos, como a perda de praças, e a manutenção do dreno do Brooklin, sem nenhuma intervenção, ao custo inicial de 160 milhões de reais, sendo que 91 vir de PAC, e por ter perdido o prazo, a SIURB não vai mais ter esse dinheiro, portanto vai ter que sair do orçamento, como nós poderemos nos poupar? Primeiro, de uma obra que se acontecer até o fim, não vai resolver, porque não considerou todos os ingredientes desse problema que nós temos que é histórico. E segundo, com a falta de verba, mais uma vez nós corremos o risco de ter uma obra paralisada. Isso, tendo em vista, tendo no horizonte, um projeto de macrodrenagem, que está colocando premissas que este projeto da SIURB não atende. Então, esse divórcio entre as duas Secretarias nos assusta, e nos deixa profundamente alarmados, porque, mais uma vez, nós vamos completar uma geração inteira que vive nessa região há 30, 40 anos, que vê sucessivas tentativas de resolução de um problema e que, a cada ano, a cada mandato, surgem novas propostas que não chegam a uma solução definitiva.

Secretário Miguel Bucalem: A primeira observação que eu gostaria de fazer, é que não há divórcio nenhum entre a Secretaria de Infraestrutura e Obras, a SMDU, a Secretaria do Verde e a da Habitação, e das Subprefeituras. Elas estão todas integradas nesse plano de drenagem, participando ativamente. Na verdade, há uma discussão muito frequente entre as equipes técnicas, para equacionar a interface com o plano de drenagem. Eu vou falar isso aqui, porque pode ser que se repita em outros projetos. Eu não vou entrar no mérito aqui, de um projeto específico. Por quê? Um projeto específico, ele tem todo um rito para ser elaborado, do ponto de vista técnico, ele tem todo um rito de aprovação, e as questões devem ser discutidas nesse rito. As premissas do projeto, eu não vou poder entrar aqui, primeiro mesmo, porque eu não tenho competência. Quem vai defender o projeto e falar, é a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras. O que eu posso falar, é que todos esses



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

projetos são feitos com muito cuidado. Se há divergências técnicas, elas têm que ser colocadas, discutidas no âmbito do processo regulamentar de aprovação dessas intervenções. Então, é no licenciamento, na discussão do projeto específico, ele vai ter que ser discutido, especificamente. Eu não vou agora, para um plano de drenagem que ao olhar, mais a longo prazo, parar todas as intervenções que estão na cidade. Não faz sentido. Mesmo porque cada uma tem a sua justificativa, e tem o seu processo de aprovação. Então, acho que isso é uma premissa. Eu não vou entrar, porque não me cabe, não faz sentido, no meu ponto de vista. Cada projeto tem que ser discutido individualmente, e ele tem, sim, a sua justificativa técnica, e o seu processo de licenciamento. Sobre as questões de limpeza e zeladoria, de novo, eu acho que tem que olhar o caso específico, como você mencionou que no caso, aqui, é a Secretaria das Subprefeituras que têm a maior competência. O que eu posso falar, é que os números globais, alocados para manutenção da infraestrutura de drenagem na cidade, cresceram substancialmente desde 2005, isso são dados, estão disponíveis e eu posso encaminhar. Agora, a cidade, é uma cidade de uma série de prioridades. E elas devem então, ser cotejadas e os recursos alocados. O que eu posso falar, é que globalmente, os recursos alocados para manutenção do sistema de drenagem aumentaram muito. E esses números são públicos, eu posso só sistematizar e enviar.

Secretário Eduardo Jorge: Cristina, o Córrego do Cordeiro está sendo longamente acompanhado pela Secretaria do Verde. Inclusive, promovemos uma série de reuniões entre a SIURB, e vocês lá, os vários componentes da comunidade. Porque há posições diversas das comunidades, em relação a essa obra. Você sabe disso. E a parte aqui, o nosso Diretor do DECONT está aqui, atrás de você, a LAP foi emitida. Depois dessa longa conversa lá, entre vocês, nós, e a SIURB. E agora, eles estão analisando a LAE, que é a segunda fase do E.V.A. Não é isso, Milton? Então, na verdade, você está certa, você não vai entrar em um detalhe específico, mas esse caso, a gente continua à disposição, a Secretaria do Verde, como o órgão que faz a LAP e faz a LAE, a continuar conversando com vocês. Agora, você sabe que existe muita divergência entre os próprios moradores, do que deve ser feito. E a SIURB atrasou o E.V.A., porque teve que ouvir o pessoal mais embaixo, no meio, em cima, que tinha avaliações diversas, disso aí. É um problema, quando você mostra o mapa, como aquele que você colocou, a forma de como a inundação afeta a região, gera interesses e posições diversas na própria comunidade. E a Prefeitura tem que administrar isso também. Se isso acontece em um córrego relativamente pequeno, como esse, imagine em outros maiores.

Cons. Cristina Antunes: Secretário, o senhor me dá licença, eu estou chamando a atenção para questões que foram colocados aqui, como impactos causados pelas enchentes. Três, desses itens estão sendo tratados de uma maneira que a gente entende que é ineficaz. Que é justamente a impermeabilização. Foi colocado ali que os parques lineares são benéficos para o processo de drenagem o que parece óbvio, e o que está sendo feito é tirar praças que exercem esse papel, para colocar reservatórios. E em segundo, a questão do assoreamento, e do lixo, uma das alternativas que não foi considerada, é justamente a ampliação das galerias. A gente já teve contato com essas informações, é uma alternativa que não foi considerada. E a própria SOMA nos alerta que não vai ser possível fazer essa manutenção, porque não lhes cabe. Então, têm algumas ações que são contraditórias. E é para isso que a gente está tentando chamar a atenção. Essa questão da impermeabilização, o que a gente tem permeável, vai ser impermeabilizado, não pelo setor imobiliário, vai ser impermeabilizado pela Secretaria, que vai nos privar de praças que já exercem um serviço



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ambiental. E as galerias, não foram tratadas. As galerias não foram consideradas. São dois itens que estão tratados nesse projeto como impactos para a macrodrenagem.

Secretário Eduardo Jorge: Eu não quero me envolver nessa discussão apaixonante, porque o convidado é ele. Mas veja, quando se faz uma discussão como essa, eu acompanhei de longe, porque eu recebo e-mail de vocês todos os dias, sobre isso. Dos mais variados partidos lá. Partido de baixo, partido do meio, partido de cima, cada um dizendo uma coisa. Então já houve uma impermeabilização antiga, na região. Aí os engenheiros têm que resolver o problema a posteriori. Com uma praça, que você fala que é uma área de permeabilidade, eles fazem os cálculos, e avaliam o que o piscinão, com determinado volume, vai ter uma capacidade maior, e vai aliviar as enchentes de alguns moradores. Então, vira uma questão técnica para resolver um problema antigo, da impermeabilização e da ocupação das várzeas que foi feita de forma incorreta. Eu quero dizer isso, porque eles mandam e-mail para mim, e é assim mesmo. E eu respondo, mando para o Milton. Mando para o pessoal da SIURB.

Secretário Miguel Bucalem: Eu só queria falar também, em tese, que obviamente, os conceitos aqui, quanto mais você deixar permeável é melhor, isso é óbvio, mas para cada Bacia, você vai ter que quantificar essas grandezas. Em uma Bacia que está totalmente impermeabilizada, não vai ser fazendo alguns parques lineares que você vai resolver o problema. Eles vão colaborar para a solução. Mas é uma questão técnica, como o Eduardo falou. Você tem que olhar os volumes, tem que fazer um estudo detalhado, e não dá para entrar aqui, nesse caso específico, ou em outro. Todas essas premissas, elas colaboram. Você tem um conjunto de ações que colaboram para o equacionamento do problema. Mas o que vai ser efetivo para uma determinada Bacia é uma questão de análise técnica, que passa pelos volumes. Agora, só para complementar, eu não quis falar, mas o fato de verticalizar não piora a condição de drenagem. Ou seja, você pegar em áreas da cidade que têm uma ocupação horizontal, totalmente impermeável, na medida em que você verticalize e aloque as populações em um padrão que você deixe mais área permeável no lote, você está melhorando. No caso, a verticalização, em muitos casos, ela melhora a questão de drenagem. E não há nada que ligue verticalização com piora de uma condição de drenagem. Em geral, por exemplo, na zona leste, ela é muito horizontal, mas com taxas de ocupação muito grande. Lá, há um processo de verticalização vai melhorar condições de drenagem. Então, a gente tem que olhar cada caso específico, para poder chegar às conclusões.

Coordenadora Helena Magozo: Ros Mari, por favor.

Cons. Ros Mari: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Secretário Bucalem, Secretário Eduardo Jorge. Eu vou começar primeiro, uma pergunta, depois duas sugestões, Secretário. Primeira, o cronograma do projeto dos colegas do Departamento de Hidráulica da Poli. Eu vi a relação das atividades, mas não vi o cronograma. Então, isso é fundamental para a gente poder saber como cada intervenção específica pode ou não se beneficiar do conteúdo do trabalho dos colegas da Escola Politécnica, cujo conteúdo, concordamos em gênero, número e grau. Eu acho que o trabalho é perfeito. Uma delas, Secretário, diz respeito às operações urbanas em andamento. Como o senhor sabe, e eu também consulto os colegas da Poli, essas intervenções têm um perímetro pré-definido. E nós sabemos que os desafios da drenagem não obedecem a limite político-administrativo. Uma questão que eu gostaria de colocar, Secretário, em primeiro lugar, é que nós precisaríamos pensar, no futuro, como os



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

recursos das operações urbanas que vão ser eventualmente aprovadas na nossa cidade, seja na atual gestão, qualquer outra gestão futura, poderiam também ser utilizados e para solucionar problemas identificados de drenagem nos perímetros, quando esse problema, por exemplo, se encontra na cabeceira da Bacia de drenagem. Vou dar um exemplo concreto. Operação Urbana Consorciada Água Branca, que teve, recentemente, a sua licença ambiental prévia aprovada, para a qual o EIA-RIMA só estudou dois Córregos. E nós temos, no perímetro, cinco Córregos. E talvez até, para solucionar... Eu não vou falar isso antecipadamente, porque eu não tenho conhecimento técnico, mas pode ser que para solucionar, ou dar alguma alternativa tecnológica para algum problema de drenagem no perímetro, nós tenhamos que fazer eventuais ações fora do perímetro. Até porque a água não respeita perímetro. Nesses casos, em isso sendo constatado tecnicamente, nós precisaríamos, Secretário, óbvio que não tem uma proposta agora, nem sua, nem minha, mas pensar como, no futuro, poder-se-ia utilizar recursos da Operação Urbana para esse tipo de intervenção, que não está no perímetro, já que os recursos advindos da Operação Urbana só podem ser usados para ações no próprio perímetro. Esse é um ponto. Outro ponto importante que eu vi que o senhor colocou, existe a preocupação, e eu acho extremamente pertinente, em termos de planejamento e gestão, com a questão de metas e indicadores. Os colegas da Secretaria, o Milton pode até me questionar se eu estiver equivocada, nós chegamos a colocar, como uma das exigências para aprovação da Licença Ambiental Prévia da Operação Urbana Água Branca, e, eu acho que isso pode extrapolar para as demais, eu não estou discutindo aqui um assunto específico, mas nós colocamos a necessidade de um sistema de indicadores. Para acompanhar a Operação Urbana, por quê? Porque esse é um instrumento fundamental que vai possibilitar o Conselho Gestor da Operação Urbana, realmente acompanhar, com o cuidado que o caso requer, e com o instrumento preciso que é exatamente o sistema de indicadores. Então nesse sentido eu queria sugerir aos colegas da Escola Politécnica e ao Secretário, se seria possível, no âmbito desse projeto, elencarmos quais são os indicadores fundamentais para essa temática da drenagem, para que seja colocado nas exigências das licenças ambientais das operações urbanas, de modo a possibilitar que o Conselho Gestor dessas operações acompanhe, de fato, o previsto versus realizado. Coisa que hoje não se tem. Então, fica quase que um acompanhamento solto, no tempo e no espaço. Essas são, na verdade, duas sugestões. O terceiro ponto é com relação ao cronograma. E por último, Secretário, como é que nós podemos atuar, eu cheguei, creio que há algumas reuniões passadas, a perguntar isso para o Secretário Eduardo Jorge, sabendo que a Escola Politécnica vem fazendo esse trabalho que para mim é de suprema importância. Um plano diretor de drenagem para a nossa cidade. Como fazer para que as obras, as intervenções, os estudos, as operações urbanas em andamento, possam se beneficiar disso, sabendo que o cronograma de atividades do projeto é de médio prazo, ou não sei quando termina, mas pelo que eu vi, não é uma coisa de curto prazo, e em que medida a Escola Politécnica poderia estar subsidiando e até auxiliando nas eventuais sugestões que venham a ser dadas para a solução dos problemas de drenagem das operações urbanas que já estão em andamento? Eu vou dar um exemplo. No caso da Operação Urbana Água Branca, o EIA só estudou dois córregos. Está aquém. Foi constatado pelo EIA que o estudo de drenagem da operação ficou aquém, tecnicamente, do que deveria. Temos três córregos no perímetro. Para dois deles, esses que foram feitos os estudos, e já teve projeto, inclusive, está se adotando, como alternativa tecnológica aumentar, eventualmente, a vazão, com os sistemas de drenagem já existentes. E obviamente outras alternativas vão ser colocadas em relação aos demais córregos, na medida em que o projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca, deve estar



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

sendo encaminhado à Câmara Municipal. Até aproveitaria o Secretário para perguntar em que momento se encontra, para que seja transformado em uma operação urbana consorciada. A pergunta que eu faço é o seguinte: considerando que esses estudos já estão em andamento, haveria possibilidade, ou como fazer isso, para que a equipe da Escola Politécnica pudesse, a priori, saber, olhar, conhecer, quais as alternativas que estão sendo propostas? E ver em que medida isso não pode dificultar, ou até, eventualmente, melhorar soluções futuras que sejam propostas pelo projeto. Era isso, Secretário.

Secretário Miguel Bucalem: Obrigado. São várias colocações. Eu queria abordar primeiro, a questão da Operação Urbana Água Branca. Como mencionado, nós temos já projeto para duas Bacias, do Sumaré e da Água Preta. Que são onde ocorrem os principais problemas na área, conhecidos há décadas. Esse projeto, quando foi desenvolvido, se estudou um grande conjunto de alternativas. Eu posso falar que eu vi as alternativas que foram estudadas. Então foram estudadas alternativas que tinham piscinões. E esses piscinões, eles, para solução, tinham dois problemas. Ele ser um impacto urbanístico brutal, porque é uma região totalmente urbanizada, não havia lugar para os piscinões. Eles iriam implicar em desapropriações grandes, além do que, duas ou três vezes maior, o custo, a solução em piscinão que a solução em galeria, que está sendo proposta. As galerias vão ser totalmente reconstruídas, foram dimensionadas tecnicamente. Foi estudado, porque você vai levar direto, as águas para o Rio Tietê. Mas pelas características da Bacia, dos volumes, o DAEE foi consultado, e deu a outorga. Ou seja, nesse caso, não havia necessidade de fazer piscinão. Ia custar 1/3 menos, e era compatível com o sistema de macrodrenagem do município. Então foram soluções que foram entendidas como muito boas, tiveram seu processo de aprovação, e vão equacionar um problema há décadas. Tem outras três Bacias, se eu não me engano, na Água Branca. E cada uma vai sofrer o seu estudo. Ela vai sofrer o seu estudo, e vai ter o seu processo de licenciamento. O que vai acontecer em relação ao trabalho da Fundação, do plano de drenagem, é que nesse contexto vão ser consideradas recomendações globais para a cidade, que não estão vinculadas a um sítio específico. Essas vão poder colaborar com o que está dentro de Operação Urbana e o que está fora. Agora, cada uma das Bacias, ou seja, o conceito de que a Bacia, ela acaba refletindo a situação da drenagem em uma região, vai ser objeto de um estudo específico e de um licenciamento específico. Eu acho que está muito bem equacionado no caso da Água Branca, mesmo que tenha uma premissa de buscar, sempre que possível, a renaturalização de parte dos córregos. Acho que essa responde uma questão. Acho que metas, indicadores, é positivo. Positivo do ponto de vista de todas as ações públicas, mas em particular no de drenagem, e vai ser objeto do plano levantar indicadores como foi explicado, e esses vão ser possíveis de aplicação na área das operações urbanas. Do ponto de vista de cronograma, o plano de drenagem tem como falei vários pilares. Tem um pilar que depende de estudo específico, de programas de drenagem específico de Bacias, que foram elencadas seis. E tem o conteúdo do plano mais complementar ao estudo dessas Bacias. Esse conteúdo do plano complementar; ele acaba em dezembro. De qualquer forma, a atividade que deu apoio técnico ao termo de referência dos programas das Bacias, e que vai dar apoio técnico no acompanhamento do desenvolvimento desses programas, ele vai ser, de alguma forma, postergado, para que esse acompanhamento possa ser feito quando da contratação. Como está a contratação? Nós fizemos a consulta pública do termo de referência, recebemos contribuições diversas, que vão afetar, sim, o conteúdo do termo de referência, ele vai ser publicado, é uma licitação de projeto, onde se busca o estado da arte, é uma licitação complexa, porque você tem que pontuar a capacidade dos licitantes e desenvolver esse tipo



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

de solução que está sendo buscada por esse estudo. É uma licitação que vai ser iniciada assim que for... O Termo de Referência está sendo ajustado, e ela vai ter o seu curso. Há demora, seis meses, sete meses... Queremos ter a oportunidade de contratar, ainda, nessa gestão. Esse que é o objetivo. E eles vão durar quanto? Acho que é de um ano a um ano e meio, que está sendo pensado cada um desses programas. Vão ser feitos simultaneamente. Então, esse é um pouco dos condicionantes, do ponto de vista de tempo. Efetivamente, tudo que envolve planejamento é longo. É longo, mas tem que ser feito com a melhor qualidade. A gente está buscando isso.

(fala sem microfone)

Secretário Miguel Bucalem: Ah, sim. Tem razão. Ficou faltando isso. Eu acho que isso é uma prática que tem sido usada. Por exemplo, na própria Água Branca, nós temos a área da operação, e tem a área de intervenção indireta. Nessa área de intervenção indireta é que se localiza uma série de assentamentos precários da cidade. Então, os recursos que estão sendo previstos para habitação de interesse social, são os 15% dos arrecadados, eles podem ser utilizados na intervenção indireta. Mesmo conceito se aplica à drenagem. Se em uma operação urbana, você tiver uma solução que vá implicar em uma obra, que fisicamente, esteja fora do perímetro da operação, eu acho que é plenamente justificável que esses recursos sejam utilizados para isso.

Cons. Heitor: Bom dia, senhor Secretário Eduardo Jorge, bom dia senhor Secretário Bucalem, senhores Conselheiros, convidados. Primeiro eu quero dizer que é um prazer voltar a essa casa, depois de alguns anos, distante dela. Até 2007, eu fui conselheiro e já me lembro senhor Secretário, que em 2007 já se discutia a questão da elaboração do plano de macro e microdrenagem do município de São Paulo, e já se falava sobre as consequências de sua não existência, e obviamente, da importância de estar sendo elaborada nesse momento. O que, como bem disse a Ros Mari, é muito bem-vindo, e não há ninguém que possa ser contrário a esse projeto que esteja sendo elaborado. Contudo, algumas questões levantadas, tanto pela Ros Mari, como pela Conselheira Cristina Antunes, elas são uma preocupação constante, por parte da sociedade civil, por parte de quem mora na cidade, que sente, no dia a dia, os problemas dessa falta dessa política estrutural e não estrutural. Principalmente, senhor Secretário, a implementação de políticas não estruturais na cidade, que vêm ao encontro daqueles processos que nós tanto pleiteamos. Uma das questões que foram levantadas aqui, a questão foi da impermeabilização, dos esgotos, da ocupação das várzeas, o senhor citou, inclusive, a operação urbana como um instrumento de controle. Esses são alguns temas que talvez passem por alguma avaliação do próprio conceito que se procura atingir. Primeiro senhor Secretário, eu vou começar em uma questão mais até pano de fundo, que é a questão do plano de drenagem do Estado de São Paulo coadunando com o plano que está sendo construído nesse momento. Uma das grandes questões é que a sociedade civil pouco participa, efetivamente, da construção, da elaboração desses planos. Então, gostaria de ter como sugestão, a possibilidade desses processos de construção, hoje executados, estar disponíveis e abrir portas, e canais de participação da sociedade civil, a fim de colaboração, porque a percepção da sociedade nessas Bacias que estão hoje em estudo é essencial para incorporar nos estudos técnicos, e na visão dos técnicos que hoje, estão elaborando, o que efetivamente, pode ser acompanhado, seja pelo mapeamento que a Prefeitura já tem, no próprio Atlas Ambiental que foi feito por essa Secretaria no passado, que, com os técnicos desta casa, que tanto já



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

acompanharam as questões da enchente na cidade, como também pela própria comunidade que pode participar e ajudar a elaborar. Eu acho que canais de participação social na construção e elaboração desses planos, é essencial. Uma das questões que inclusive foi debatida no conselho do São Paulo 20/40, é uma das questões da oferta de água na cidade. É claro que, entre as questões que se falou aqui, sobre o escorregamento, a dispersão da água pela superfície, ela faz o quê? Faz com que haja um desperdício de água doce em uma vertente oceânica, quando chega à Represa Billings/Guarapiranga, e seja também, porque a falta de impermeabilização não faz a carga das nossas reservas de água nos períodos de estiagem. Portanto, é essencial, além das questões dos piscinões, a manutenção, efetivamente, de todas as áreas verdes que nós temos, e essa questão que a Cristina levantou, ela é significativa, porque há um conflito de políticas, há um momento em que o FEMA cria praças e a Prefeitura impermeabiliza praças na construção de piscinões. Então realmente esse é um conflito que não pode existir e eu acredito que esse plano de drenagem em uma visão completa das políticas, nessas obras, elas vão nesse benefício. Inclusive, quero dizer que a própria intervenção que está sendo feita lá na região da Vila Madalena, Jardim das Bandeiras, também a construção de um piscinão prevê uma impermeabilização, e também não considera galerias que poderiam ser redimensionadas, poderiam ser equacionadas para evitar obras desse porte. Inclusive, há uma movimentação dos moradores da localidade, há estudos técnicos que garantiram que haveria possibilidade de equacionamento dessas galerias, ao invés de obras desse porte. Quer dizer, são algumas questões que devem ser avaliadas, nesse sentido. Com relação à questão das operações urbanas, eu não posso me furtar de falar disso, porque é um posicionamento já, antigo, do próprio movimento Defenda São Paulo, com relação às áreas das operações urbanas, que quase todas são em perímetros de várzeas. Claro que, ao mesmo tempo em que a política de operação urbana, ela atende aos estudos de impacto ambiental, enfim, para que se você faça um comportamento de uso e ocupação do solo que preserve essas áreas dessas Bacias nessas áreas de várzea, ao mesmo tempo há um conflito de ocupação, de adensamento nessas áreas, o que necessitaria, inclusive, de uma análise. Porque esses perímetros que foram construídos no passado, não consideraram esses estudos que hoje estão sendo elaborados, e essa foi a crítica que nós já fazíamos no passado. Quer dizer, eu acho que nesse momento, há, certamente, uma necessidade, assim, umbilical de tratamento das operações urbanas, do território da cidade, com a questão geomorfológica dos estudos do polo de drenagem urbano. E eu quero, por fim, finalizar, mas eu acho que tenho mais alguma coisa para falar, mas vou dar um exemplo do que vem acontecendo hoje, na cidade, com relação a empreendimentos. Houve um movimento de moradores da Vila Mariana, sobre um empreendimento realizado em uma quadra de 10 mil metros, em que um córrego que foi canalizado, foi desconsiderado pelo projeto, aprovado por APROV-1. Quer dizer, então, na verdade, o que nós temos nesse momento? Eu vou até dar mais detalhes, para demonstrar que é a Bacia do Córrego da Boa Vista. Então, teve um processo em SEHAB e um processo em SVMA. O processo de SEHAB não aportou o mapa que apresentava o corpo d'água existente naquele terreno. Obviamente, em função disso, a própria SVMA acabou autorizando, fazendo o termo de compensação ambiental. Contudo, há hoje, o diagnóstico, há a prova, digamos assim, cabal de que havia mesmo um corpo d'água ali, e ele está sendo desconsiderado. Claro que aí cabem outras avaliações por parte da Secretaria. E eu acho que essa também é uma questão ambiental, é: aonde os corpos d'água são considerados como APP na cidade. Ou seja, essa é uma questão conceitual também, que deve ser debatida, inclusive pelo próprio trabalho que está sendo desenvolvido, na consideração da renaturalização, preservação, recuperação desses corpos d'água, que



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ou estão efetivamente canalizados, ou estão abertos. Até como passagem, eu digo que uma obra que foi feita lá no córrego do Ipiranga, para evitar enchente num ponto, há notória percepção da sociedade local ali na região do Ipiranga, que é a região aonde eu moro, que houve uma transferência de enchentes. Ou seja, a parte que alagava, não alaga mais, ou alaga pouco, e hoje, há um alagamento muito grande na região ali, da Rua Miguel Stefano. Quer dizer, foram as obras que foram feitas de levantar a rua, na verdade, foi essa que foi a obra, e na verdade, você transferiu para uma área mais baixa. Quer dizer, são questões que precisam ser melhor discutidas no âmbito da Prefeitura, no âmbito desse projeto. Então eu acho que essas questões, elas poderiam ser melhor trabalhadas e abordadas por esse processo de construção desse projeto, abrindo-se um canal de comunicação e de participação, efetiva construção com a sociedade civil, que tem elementos suficientes para subsidiar, inclusive para apresentar todas essas questões. E quero reforçar aqui, toda a questão levantada pela Cristina, que é essencial mesmo, nesse ponto de vista de qual política, estrutural ou não estrutural a ser implementada pela cidade, e obviamente, nas suas posições feitas pela conselheira Ros Mari Zenha. Obrigado.

Secretário Miguel Bucalem: Obrigado, Heitor. Eu vou depois passar para o professor João Ciro, e depois à equipe, talvez a professora Mônica falar do processo de participação que está previsto no nosso plano de drenagem. Há instâncias de participação, mas eu só queria mencionar que a gente não pode ser dogmático. Por exemplo, é óbvio que ninguém quer eliminar uma praça, que hoje presta um serviço ambiental. Mas em cada intervenção, nós temos que olhar quais são os benefícios e as possibilidades. Em determinadas Bacias, se a solução técnica é criar um reservatório de detenção, e você tem a opção de fazer esse reservatório de detenção em uma praça, ou desapropriando as casas em volta dessa praça, há uma decisão a ser tomada. O que é importante, é que, tecnicamente, haja sempre uma avaliação cuidadosa de cada intervenção, para olhar os custos e os benefícios daquela intervenção. A gente não pode ser dogmático: *“nunca vamos tirar uma praça”*, porque, em alguma Bacia, não tirar essa praça não há uma maneira boa de resolver o problema de drenagem. Acho que ele tem que ser olhado caso a caso, obviamente, com essa diretriz. Ninguém quer tirar praça, ninguém quer tirar área permeável. A mesma coisa para a questão das várzeas. A gente tem que olhar que as várzeas, os grandes córregos e os grandes rios em São Paulo, são áreas hoje, com pouca atividade, e pouca gente morando. A cidade pode prescindir de ocupar essas áreas desde que isso seja feito com todos os cuidados ambientais? Eu acho que não pode, porque não permitir a ocupação dessas áreas, é induzir que a população more mais longe, trazendo todos os problemas que nós conhecemos, de ocupação de áreas de preservação, de mananciais, criando problema de deslocamentos que poluem e que criam condições ruins para o nosso ar. Então é um conjunto. As questões têm que ser analisadas dentro de uma perspectiva técnica, de ter os cuidados com o meio ambiente totalmente preservados, e aqui está o Secretário, que tem sido, vamos dizer, totalmente dedicado, e de forma muito competente a essa causa, mas que nós temos que olhar os condicionantes específicos de cada decisão. E era só essa ponderação. A gente não pode ser dogmático, tem que tomar todos os cuidados, mas tem que analisar com cuidado os custos e benefícios de cada caso. Eu vou passar para o professor João Ciro, talvez ele tenha condições de falar um pouquinho das instâncias de participação que estão previstas no plano de drenagem do município, e como ele tem feito também, interação muito forte com o governo do Estado, falar um pouquinho do FEDEMAT, essas considerações.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Professor João Ciro: Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, discutindo essa questão, e anotando, com muito cuidado, todas as observações que possam aprimorar o trabalho que a gente realiza dentro desse plano de drenagem. O que eu posso dizer, é o seguinte: em relação ao contrato que nós temos com a Fundação CTH, foram realizadas duas sessões no ambiente da Prefeitura, voltadas à articulação institucional, e nós teremos agora, nós vamos divulgar ainda, programado para junho, ou começo de julho, nós vamos fazer uma sessão pública, para discutir o manual de drenagem em todos os seus aspectos, no sentido de receber informações, sugestões etc., que possam aprimorar esse manual que nós pretendemos que seja um documento de referência para o público que atua nessa área. O público alvo. Nós teremos ainda, mais uma sessão pública, antes do encerramento do contrato, em dezembro. Isso, no que diz respeito a contrato com a Fundação CTH. Então, nós consideramos que essa reunião que será realizada proximamente, será amplamente divulgada, essa reunião técnica diz respeito ao manual. Essa é uma reunião extremamente importante para caracterizar, vamos dizer, para aprimorar, para receber sugestões de aprimoramento do manual. Em relação aos programas de drenagem, nós tivemos o edital... não exatamente... o edital posto em consulta pública. Ficaram 45 dias em consulta pública, nós recebemos uma série de sugestões, essas sugestões foram debatidas, estão sendo debatidas, e nós estamos concluindo agora, o aprimoramento desse documento, para depois então, ser encaminhado para a assessoria jurídica e entrar em início o processo de licitação. Esse programa de drenagem, na sua execução... Bom, depois nós temos o edital, que permanecerá por 45 dias aberto, também, para questionamento das empresas que vão participar. É uma licitação de técnica e preço, em função da importância que nós consideramos para que as características do trabalho sejam bem atendidas, em nível de excelência mundial. E durante a execução desse programa de drenagem, que vão demorar 18 meses, como o Secretário já mencionou anteriormente, serão feitas diversas consultas públicas. E nós consideramos absolutamente singular a participação da sociedade organizada, mesmo da sociedade não organizada, tenham participação nesses programas de drenagem. Então está prevista, dentro do termo de referência, um relacionamento efetivo e permanente, com uma razoável continuidade para que a gente possa então, ter uma aderência do que se deseja tecnicamente, com as aspirações e uma conciliação em relação a expectativas do programa de drenagem. Esse programa de drenagem, uma vez pronto, ele poderá então, com mais tranquilidade ainda, nortear as ações de drenagem em São Paulo. Eu tenho a impressão que com isso eu cubro a questão das informações. Depois, se faltar alguma coisa, eu estou à disposição.

Secretário Eduardo Jorge: Eu queria só complementar, no que respeito à Secretaria do Meio Ambiente, já que o Heitor, de alguma forma, tangenciou algumas questões conosco. A posição da Secretaria do Meio Ambiente e da Prefeitura de São Paulo, tem sido, vamos dizer assim, nós achamos que o Código Florestal existe. Não novo. O velho. Porque no Brasil todo, nas áreas urbanas, o Código Florestal de 1965 nunca existiu. Quem conhece o Brasil sabe disso. E é uma coisa universal. Vai dos germânicos, em Blumenau, até os nordestinos de Alagoas e Pernambuco. Solenemente ignorado. Por ricos, classe média, pobres e governos. Bom, aqui na Prefeitura, com essa política de combate às enchentes, que a Prefeitura adotou como uma de suas prioridades, e tirar pessoas que estão em área de risco para local seguro, e não permitir mais ninguém entrar, porque isso é outra coisa muito importante. Você tira um, e se você não está lá, para poder vigiar para não voltar, ele volta, e a fila da Secretaria de Habitação não acaba nunca. Não foi uma coisa fácil. Porque a tradição, aqui, era de deixar entrar. Inclusive, alguns governos, apoiar a entrar. Porque a



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretaria de Habitação tem duas filas, no Brasil inteiro. A fila legal, formal, e a fila ilegal, que é na área de risco. Tem uma fila na área de risco, morro, desabamento e córrego, e uma fila lá na Secretaria de Habitação. É uma posição muito cômoda, essa, da política habitacional brasileira, de usar as áreas de risco como uma fila adicional, para aliviar a sua fila formal. Então aqui, a gente cortou isso. Não tem invasão de área de risco. Tem uma guarda ambiental, com áreas congeladas na cidade inteira, andando por baixo e por cima, fazendo desfazimentos, que não é uma coisa nada agradável de fazer, politicamente tem um preço altíssimo para a Prefeitura, fazer isso. Estabeleceu a prioridade na área de habitação, para essas áreas de risco. Quem não tem casa, porque a casa demora a fazer, vai para o aluguel social, como é feito em qualquer país. Qualquer país tem aluguel social. Aqui, acham que isso é uma coisa impossível de ser colocado. Não, hoje, nós estamos com 20 mil famílias em aluguel social. Que saíram de áreas de risco. Porque não tinha casa imediatamente, porque a casa demora a fazer. Mas é irresponsabilidade deixá-las lá, sabendo que o pai pode ir trabalhar, e quando voltar, pode não encontrar a criança viva. Alagada, tudo desabado em cima dela. E a outra questão muito importante, é a questão legal. Com a capacitação e com os concursos que a Secretaria fez, a Prefeitura fez, o DECONT se habilitou, o DEPAVE se habilitou com agrônomos, biólogos e engenheiros, a Secretaria praticamente assumiu todo o licenciamento ambiental da cidade. Embora alguns sejam contra. Isso aí é um problema nacional. Como a cidade de São Paulo está fazendo o licenciamento, tem muita gente contra a gente aqui, fazendo liminar na justiça etc. Mas com isso daí, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado foi ganhando confiança, e foi repassando para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, todo tipo de licenciamento. Com exceção da área do lixo, da área dos mananciais que continua na mão deles, quase tudo veio para a gente. E teve um determinado momento, em 2008, se não me engano, não sei a data exata, que eles passaram, para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a fiscalização da utilização de APPs. Foi uma demonstração de confiança muito grande da Secretaria do Estado para a gente. E nós estamos aplicando a lei do Código Florestal, para obras novas, porque nós não vamos desmontar a cidade. Nós vamos retirar a população da Vila Mariana que está em cima do Córrego do Sapateiro, por exemplo? Nós vamos mandar demolir a população de Pinheiros que está em cima do Córrego Verde? As casas todas, ilegalmente. Aí é uma questão de bom senso. Então, qual é a linha da Secretaria aqui, DEPAVE, DEPLAN e DECONT? Obra nova, pública ou privada, respeita o Código Florestal. Mesmo que seja uma reforma. A lei permite, o próprio CONAMA permite algumas exceções, nos 30, 50, 100 metros, etc. Por exemplo, uma exceção é a urbanização de favela. O povo está em cima do rio. A Secretaria de Habitação se dispõe a fazer a urbanização. Então, nesse caso, é possível fazer, deixar uma área menor prevista. Tem uma resolução CONAMA que diz quanto que pode deixar. E a gente tem feito isso junto com a Secretaria de Habitação, porque é evidente que é um ganho ambiental, que é um ganho social muito grande, para a cidade toda, seguir este roteiro, e é legal, porque o CONAMA permite, têm outras exceções. Essa é a questão. Essa questão citada pelo Heitor, quando existe alguma dúvida, e às vezes existe dúvida, porque se mexeu tanto na cidade, que os meandros dos grandes rios e dos rios médios sumiram. Rios deixaram de correr de um lado, correr de outro. Imagina aquela região de vocês lá, que os meandros do Rio Pinheiros sumiram todos com a retificação. Então, hoje, toda essa movimentação urbanística, aí, na cidade, que às vezes gera dúvida. Quando tem dúvida desse tipo, aqui na Prefeitura, nós consultamos a CETESB. Porque ela que nos dá a delegação de fazer essa tutela. E nesse caso citado, por exemplo, dele, a CETESB falou: pode construir. Havia dúvidas na Prefeitura. Diziam sim, diziam não. Nós consultamos. Nós não somos bobos. Consultamos a CETESB. E temos o documento aqui,



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

disponível. Para quem quiser, está aí. O documento da CETESB, dizendo que pode construir. Então, essa é uma questão muito importante. Não é fácil. Vou só voltar ao ponto inicial. É praticamente uma exceção. Eu sou da Diretoria da ANAMA, e vou nas reuniões da ANAMA no Brasil inteiro. Quase nenhuma cidade está fiscalizando o Código Florestal. Aqui no Brasil parece que esse Código Florestal nunca existiu, e agora, como reformou, é que não existe mesmo. E continuam ignorando essas linhas de 30, 50 e 100 metros. Mas aqui, nós estamos procurando cumprir. Sempre, quando eu falo isso, aí vem o caso da marginal que foi licenciada aqui. É verdade. A marginal teve aquele problema dos canteiros centrais, alguns deles que foram eliminados, mas o DECONT teve o cuidado de prescrever, e foi aprovado aqui, pelo Conselho Municipal, a recuperação de tudo aquilo que se perdeu dos canteiros centrais, na permeabilidade de canteiros verdes, calçadas verdes na Bacia do entorno. Eles estão quebrando calçada até hoje para chegar à cota que eles têm que fazer. E o mais importante de tudo, foi a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e este Conselho aqui, que desencavou o projeto da criação do Parque das Várzeas do Tietê, que estava, há 40 anos, esquecido. Muitas das enchentes da região metropolitana não teriam acontecido se os governos, 40 anos atrás, tivessem levado adiante o plano do Parque Linear da Várzea do Tietê, que só sobrou aquele pedacinho ali, quando a gente vai para o Aeroporto de Cumbica. Aquilo ali é só o comecinho. Parou ali, e o resto inteirinho, passando por São Miguel, Itaim, Itaquaquecetuba, foi abandonado para invasões ilegais. Foi o Conselho Municipal, no licenciamento da Marginal, que mandou o Governo do Estado desencavar, recontratar o pessoal, e recomençar o Parque. Porque em termos de recuperação de várzea é o mais importante. É a obra mais importante do Brasil, de adaptação, hoje, levar esse parque adiante. São 70 km, ali da Penha, até a nascente, que o governo estadual tem que retomar. Já assinou empréstimo, inclusive, com o Banco Mundial, aprovado no Senado, e a coisa vai. É demorado. Porque ali é muita gente morando. Muita gente vai ter que sair, já saíram mais de 1200 famílias em São Paulo. Mais de 1200 famílias já saíram. Mas vai sair mais ainda. Veja, essa é uma coisa, Bucalem, que um plano de drenagem tem que incorporar. Eu acho que vocês estão preparando, e os professores da USP, têm que saber disso. Pelo menos enquanto a gente estiver aqui, nesse governo, nós vamos exigir que a área de APP, enquanto a lei também existir, porque eu não sei o que a presidenta vai fazer, nós vamos exigir que a lei do Código Florestal, de 65, seja observada em São Paulo. Isso não quer dizer que não possa haver verticalização. O caso, por exemplo, da Água Espraiada, que vocês conduziram e a SIURB, é exemplar. Ali está previsto um parque linear de 600 mil metros quadrados. E a população que está em cima do rio, vai verticalizar ao lado do Parque. Em terrenos que já estão desapropriados. A Água Espraiada, eu acho, a nova, não a velha, mas a nova, que foi aprovada, e tem agora a LAI sendo analisada aqui, já foi a LAP, agora a LAI, é um exemplo máximo, de como você pode fazer drenagem, fazer saneamento, botar transporte, fazer verticalização, e criar permeabilidade com o adensamento populacional que a cidade precisa.

Cons. Heitor: Voltando nesse mesmo fato, eu estou com a certidão da CETESB aqui à qual o senhor se referiu, ela afirma que, na concepção dela, ela não considera a APP, córrego canalizado em área urbana. A Secretaria considera. Então, esse é o ponto. Ou seja, então existe o processo administrativo em uma área da Rua Conselheiro Rodrigues Alves com a Rua Alberto Primo, com a Rua Hidelbrando de Carvalho, e Rua Otávio, uma área de 10 mil metros quadrados, um processo administrativo em SEHAB, nº 2004, 0.297.706-4, cujos elementos que instruíram o processo não consideraram o mapa que considerava esse corpo d'água, existente. Embora canalizado. E na SVMA, teve o processo 2009.0.242.694-6, que



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

deu a Compensação Ambiental. Então a única coisa que eu estou levantando aqui é: eu estou encaminhando para o senhor, amanhã, os documentos relativos a esse empreendimento, vou encaminhar também para a SEHAB, a fim de que esses dois processos sejam revistos, com base nesse conceito que o senhor mesmo apresentou agora, ou seja, que o corpo d'água é considerado APP, a fim de que essa avaliação seja refeita por parte da municipalidade. É só isso. Obrigado.

Secretário Eduardo Jorge: Claro. Nós vamos receber e vamos analisar. Mas vamos dizer claro, quem dá o parecer final em caso desse tipo, é a CETESB. Nós estamos respaldados em uma decisão da CETESB. Mas se pode, pela décima vez, recorrer desse caso. Eu acho que... Pelo menos umas dez... Já houve uns dez recursos em relação a esse caso. Todos foram analisados, tecnicamente, e têm a resposta que é suficiente para isso. Mas apresente de novo.

Fábio: Bom. Bom dia aos presentes. Meu nome é Fábio, eu sou Conselheiro do CADES Regional da Subprefeitura, Penha. Eu queria fazer alguns questionamentos para o Secretário Bucalem. É até interessante, primeira vez que eu venho aqui, participo da reunião. A gente vê pessoas com tanto gabarito, e fazendo questionamentos técnicos muito bons. Então, eu já peço escusas, porque eu não sou tão tecnicista assim, até mesmo porque a minha formação é de Direito, e não técnica. Vou fazer alguns questionamentos para o Secretário, no sentido de que ficou para mim, até como contribuinte e munícipe. Não ficaram muito bem claro quais foram os critérios de escolha das Bacias. Por exemplo, ali na Penha, que é a área onde nós atuamos, e eu sou representante de lá, o que acontece? Ali, escolheram o córrego Rincão. O Córrego Rincão já tem um... parece que sim. Eu vi lá, parece que tinha alguma coisa. Mas na Penha não foi escolhido nada. E a gente tem grandes problemas de enchentes na Bacia do Tiquatira, Córrego Franquinho e Córrego Ponte Rasa, e eles não foram contemplados ali. Eu gostaria de saber quais foram os critérios. Na questão que o senhor disse, da verticalização, eu não sei, salvo melhor engano, eu não entendo que a verticalização seja algo tão fácil de se resolver. Por exemplo, a Penha agora, está tendo uma pressão muito grande, imobiliária, para a verticalização. E principalmente agora, porque agora nós somos ali, vizinhos do estádio para a Copa. Então, o que vai acabar acontecendo? Vai haver uma verticalização, e vai acabar fazendo o quê? Sobrecarregando a infraestrutura, e até mesmo a questão da água, que vai ser utilizada lá. Como vai ficar? Essa é a preocupação. Será que esse plano está prevendo o aumento, ou esse implemento de empreendimentos de verticalização daqui até esses cem anos? Porque pelo que eu entendi ali, esse plano de cem anos é estabelecer o que está tendo problema hoje, e metas para resolver isso até cem anos. Será que esse plano está prevendo o implemento de impermeabilização, e também de verticalização nessas áreas? Então, eu gostaria de saber disso. E até aproveitando ali, o que o Conselheiro falou haver também uma maior participação popular. Por exemplo, eu acho que um dos fóruns que poderiam ser colocados para discutir essas questões, seriam os CADES regionais. Porque a própria lei que instituiu tanto esse Conselho Municipal, como os CADES Regionais, apesar de não dar a possibilidade dos CADES das Subprefeituras serem deliberativos, mas eles determinam que nós sejamos consultados dos projetos, e das questões que são atinentes, dentro da nossa área de subprefeitura. Então, eu gostaria até, que a gente pudesse que os CADES Regionais, dentro do que for pertinente, da sua área de atuação, fossem consultados, e pudessem também, participar desse plano. Obrigado, e agradeço aqui, a oportunidade dada pela Conselheira. Agradeço.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretário Miguel Bucalem: Vou tentar responder a questão das Bacias. Obviamente, ficou claro, pela apresentação, que as Bacias, elas só cobrem 20% do território municipal. Isso não quer dizer que os outros 80% não precisam desses programas. Eles precisam. Agora, em um primeiro momento, precisava começar por um conjunto factível. Esse conjunto, para fazer simultaneamente os programas para essas Bacias, já têm uma abrangência territorial muito grande. E o que se procurou fazer, foi uma discussão, primeiro, no âmbito da Prefeitura. Participaram as várias secretarias, a SEHAB, a SVMA, a SIURB, nós da SMDU, Subprefeituras, e escolher um conjunto para começar. E esse conjunto foi escolhido, uma, pela importância das Bacias intrínsecas, e também pela representatividade que elas teriam para refletir as condicionantes de drenagem do município. Umas mais urbanizadas outras com menos urbanização, ou com a canalização mais fechada, ou com a canalização aberta e fechada, ou seja, vários condicionantes foram elencados. E se chegou a esse conjunto. Agora, esse trabalho não vai acabar aí. Depois precisa continuar e ir completando os programas para as diversas Bacias municipais. Sobre a questão dos cem anos, na verdade, aí é uma questão técnica, mas eu preciso esclarecer, não é que vai demorar cem anos. Nós imaginamos que nós vamos fazer um planejamento a longo prazo é cerca de 30 anos. Mas o que se examina é criar um grau de proteção para as chuvas que ocorrem com um período de retorno de cem anos. Os cem anos aparecem aí, não como horizonte de planejamento, mas pensando em proteção. Eu também não pretendi, e nem acho, que o problema de verticalizar e onde verticalizar na cidade é simples. O que eu procurei dizer é o seguinte: que verticalização não significa piora de condição de drenagem. Porque, em muitos casos, vai melhorar a permeabilidade. Agora, a questão do adensamento, que vem junto com a verticalização, ela tem as suas várias vertentes. Tem a vertente ambiental, propriamente dita, mas também tem a vertente de onerar os sistemas de transporte, o sistema viário. Em cada caso, isso deve ser estudado dentro das previsões legais. São operações urbanas. Os próprios estudos de capacidade e suporte vão indicar quanto se pode adensar. No caso da regulação usual na cidade, o que diz é: 1 - o próprio zoneamento, e os estoques de outorga onerosa. Há uma regulação complementar, e que não tem a ver, especificamente, com drenagem. Eu acho que verticalização é um assunto complexo, ele deve ser encarado com todos os cuidados, mas, do ponto de vista de drenagem, ele não significa, necessariamente, uma piora de condição. Em um determinado lote, ele pode significar melhora dessa condição. O caso de participação, o senhor João Ciro falou, acho que é bem vindo, todos que interagem com essa questão.

Coordenadora Helena Magozo: Eu já queria disponibilizar o nosso contato para dar as referências do CADES, para divulgar no CADES Municipal, como nos CADES Regionais, que também o Departamento de Participação apoia, para divulgação dessas consultas e dessas apresentações públicas.

Cons. Ros Mari: Eu só vou fazer duas questões, só lembrando, Secretário Bucalem, que seria muito importante poder se avançar no sentido de que as equipes técnicas do aparelho de estado e da Prefeitura, pudessem se basear mais no conteúdo dos estudos de impacto ambiental, dos EIA-RIMAs que são feitos, no desenho da ocupação dessas intervenções. A gente sabe o quanto é difícil batalhar contra a especulação imobiliária predatória. São forças poderosas, elas estão aí. Todo mundo está vendo nas manchetes de jornais. E, portanto, eu entendo que como o senhor bem colocou, o respeito, a capacidade de suporte do meio físico da cidade, tem que ser uma condição "sine qua non", para qualquer tipo de uso e ocupação do solo. Como o Secretário falou do Código Florestal de 65, que baliza aqui, as atuações da



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Secretaria, eu acho que nós precisamos, tanto o aparelho de estado, quanto a sociedade civil, batalhar para que nada seja ocupado se não estiver respeitando a capacidade de suporte do meio físico da cidade nela, entre, inclusive, a drenagem. E aí eu queria aproveitar a presença do Vereador Natalini, para fazer uma pergunta, Vereador. Nós aqui, recentemente, Secretário, e os colegas da Secretaria estão aqui comigo, nós aprovamos um Parecer Técnico da Operação Urbana Consorciada Água Branca, que acabou tendo dois subprodutos. Um primeiro subproduto foram as recomendações à Câmara Municipal sobre a futura análise do projeto de lei da Operação Urbana Consorciada Água Branca, e o segundo subproduto foram as exigências para a SP Urbanismo, que é o empreendedor. Nessas exigências, toda questão da capacidade de suporte do meio físico foi muito bem explicitada pela Câmara Técnica, e pelos técnicos aqui da Secretaria. E no primeiro subproduto, Vereador, nós colocamos uma coisa que nos parecia fundamental. E recomendávamos que a Câmara Municipal de São Paulo levasse em conta, partindo do pressuposto da preocupação da cidadania e da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, com a questão de áreas verdes para os moradores da cidade de São Paulo. Nós acabamos de ver recentemente, em uma matéria do jornal O Estado de São Paulo mostrando a ínfima quantidade de área verde que nós temos por habitante, em relação a outros padrões e a diversidade desses índices na cidade. E aí, nós propúnhamos, claramente, que o Centro de Treinamento do Esporte Clube Palmeiras e o Centro de Treinamento do São Paulo, que ficam localizados... São áreas que se localizam na Barra Funda, ao lado de uma outra fração do território, que é da CET, se não me falha a memória, é isso, não é, CET. Nós propusemos claramente, Vereador, que, considerando que em 2020 a concessão dessas áreas para esses clubes privados estaria finalizada, a ideia era que nós pudéssemos ter em São Paulo, um novo grande parque urbano. E nós demos o nome de parque urbano, não só pensando na zona Oeste. Eu acho que é bom que se diga isso. Eu acho que essa visão holística para drenagem, a visão holística para capacidade de suporte, ela tem que valer também para as áreas verdes, para aquelas coisas que a gente luta na nossa região. E não podemos ficar com aquela visão egoísta, de querer só o parque para a zona leste, para a zona oeste, sul ou norte. Então, na nossa concepção, e dos técnicos da Secretaria, esse seria, em 2020, um grande parque urbano de uma cidade que conta tão pouco com essa disponibilidade de área verde. E qual não foi nossa surpresa, ao estar conversando isso com a comunidade, tem aqui colegas, até o próprio (incompreensível), que faz parte da região, explicando essas recomendações, enquanto nós nos preparamos para ir falar com a Câmara, Vereador, soubemos que o prefeito vai esticar essas concessões por 70 anos. Eu realmente fiquei, literalmente, perplexa. Sem entrar no mérito obviamente, da democracia representativa, mas a gente ficou bastante perplexa, e gostaríamos, inclusive, Vereador, de saber, e também consultar o Secretário Bucalem e Eduardo Jorge, como é que nós podemos senhores Secretários, ter um mecanismo mais fluido, de contato com a Câmara Municipal, para que coisas desse tipo, por exemplo, não ocorram? Porque na verdade, acabou, Vereador, tendo-se um trabalho enorme. O senhor foi, inclusive, testemunha, em outras reuniões aqui, de várias Câmaras Técnicas, estudando caso a caso, vendo a questão da capacidade de suporte, de repente a Câmara... Eu não sei se isso já está sob forma de projeto de lei, ou se já virou uma lei, efetivamente. Por isso eu estou perguntando ao Vereador Natalini, a gente acabou nem tendo, enquanto sociedade civil, e enquanto equipes técnicas, a possibilidade objetiva de poder, junto ao nosso legislativo, junto à casa de leis da nossa cidade, de expor os prós e os contras de uma ou de outra alternativa. Então veja, acaba que nós fazemos um trabalho, que passa ao largo. Quer dizer, não sei até que ponto a Câmara foi informada de que um parecer técnico da Câmara Técnica, e aqui, da licença



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

ambiental prévia, foi dado nesse sentido, e agora nós estamos nessa situação. A gente gostaria, Vereador, que esse assunto fosse pautado na Comissão de Política Urbana Metropolitana de Meio Ambiente da Câmara. Eu acho fundamental, mesmo que possamos ser voto vencido, que politicamente não consigamos reverter nada, eu acho importante que nós possamos estar na Comissão, explicitando essa nossas preocupações, e pedindo que se encontrem mecanismos mais ágeis e adequados, para que essas duas instâncias, poder executivo e legislativo se falem, para que a gente não seja, novamente, pego no contrapé. Obrigada.

Cons. Vereador Natalini: Bom dia Secretário Eduardo, Secretário Bucalem, vocês todos. Nós não recebemos nenhuma comunicação na Câmara sobre isso. Pelo menos eu não tenho conhecimento. Do que você falou, a recomendação para ir para a Câmara, na nossa mão, não chegou nada. Quanto à questão da relação sua, ou de qualquer um com a Câmara, eu sou presidente da Comissão de Meio Ambiente, toda quarta-feira tem reunião, a reunião é aberta, você pode ir lá a hora que você quiser, das 09:00 às 11:00 horas. Nós estamos lá. Recebemos todas as demandas e não vejo nenhuma dificuldade para levar qualquer demanda lá. É só chegar, entrar na reunião, sentar e falar. Todo mundo fala, todo mundo que vai lá tem palavra, é aberta, é livre. A pauta é aberta. Não vejo nenhum problema. Eu estou à disposição para você ir lá. Aliás, eu tenho te visto pouco lá, sinto até falta, da sua presença lá. Porque é toda quarta-feira. Hoje eu não estou lá, porque estou aqui. Mas o Vereador Aurélio Miguel está tocando. Nós estamos discutindo lá, compostagem, hoje, na reunião. Então, toda quarta, reunião de meio ambiente, e se precisar fazer ponte com política urbana, com qualquer outra questão, a gente está à disposição para fazer. É só procurar.

Ros Mari: (fala sem microfone) E objetivamente. Para muitos de nós, pelas notícias publicadas na grande imprensa, eu estou até consultando aqui, vários colegas, nos ficou patente... talvez então, o legislativo não tenha que se pronunciar sobre isso. Sobre, efetivamente, o espraiamento dessas concessões por mais 70 anos. Quer dizer, isso vai ou não, passar pelo legislativo?

Cons. Vereador Natalini: Têm coisas que vão para o legislativo, de cessão, quando existe doação, doação vai para o legislativo...

Cons. Ros Mari: Concessão, não? É o executivo?

Cons. Vereador Natalini: O prefeito tem prerrogativas de decreto...

Cons. Ros Mari: É isso, Secretário? Acho que não, não é?

Cons. Vereador Natalini: Sim senhora. O prefeito pode fazer doações por tempo determinado, sem passar... Depende do tipo de concessão que é feita.

Cons. Ros Mari: Não. É que o doutor Bucalem fez assim com a cabeça...

Cons. Vereador Natalini: Esse assunto não passou pela Câmara.

Cons. Ros Mari: Não passou pela Câmara?



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Cons. Vereador Natalini: Não senhora. Não passou pela Câmara.

Cons. Ros Mari: Certo.

Cons. Vereador Natalini: Nós não temos conhecimento até o momento.

Cons. Ros Mari: Obrigada, Vereador.

Cons. Vereador Natalini: Só para aproveitar o microfone, eu estou à disposição lá. Porque nós temos defendido muito a questão das áreas verdes. Projetos de lei criando parques. É uma luta infinda. Eduardo Jorge sabe o quanto que a gente demanda a criação, ampliação de áreas verdes em São Paulo, e temos tido vitórias em vários aspectos. Em outras, a gente não consegue. Mas estamos à disposição, mais especificamente para essa demanda. Eu queria fazer um convite, se vocês me permitirem, sábado, das 09:00 às 17:00, nós estamos realizando, a parceria da Câmara, através do nosso Gabinete, da Secretaria do Verde, da ABRELP, da SILCOM, com apoio da Rede Globo, mais uma campanha de coleta de lixo eletrônico em São Paulo. Três pontos de coletas. A Rede Globo vai dar todo o apoio de divulgação, então a gente espera recolher muito lixo eletrônico, porque tem muita penetração, na Penha, no Largo do Rosário, está aí o advogado da Penha, nos ajude. Na Lapa, no final da Rua 12 de Outubro, início da Pio XI. Você é de lá. Se puder nos ajudar, vai estar lá os contêineres, recolhendo todo lixo eletrônico que chegar. E em Santo Amaro, na esquina da Rua Capitão Tiago Luz, com Avenida Adolfo Pinheiro. Essa campanha de sábado, faz parte de uma campanha que nós fazemos, permanente, de lixo eletrônico. Nós já temos cerca de 20 contêineres esparramados pela cidade, com a destinação correta, para uma fábrica da SILCOM, em Registro, que é todo desmanchado o lixo, e aproveitado tudo, inclusive os metais pesados. Nada é jogado de volta na natureza. E essa preparação de sábado, é a preparação para a grande coleta que nós vamos fazer no dia 2 de junho, no evento da Virada sustentável. Então, eu queria convidar os membros do CADES a se integrarem a essa campanha. Eu acho importante a gente recolher, de forma adequada, o lixo eletrônico na nossa cidade. Obrigado pela oportunidade. Estou à disposição. Se você quiser conversar em seguida, para a gente verificar esse assunto aí.

Secretário Miguel Bucalem: Vereador, eu ainda não tinha encontrado você, pessoalmente. Só me manifestei por e-mail. Parabenizar pelo evento, pelo sucesso retumbante que foi, mais uma vez, a edição do evento de produção mais limpa. Sobre essa questão, eu acho que o Vereador está correto. Depende do regime, isso depende de aprovação legislativa ou não. Em geral, têm três regimes. Da permissão precária, o da concessão e da doação. A permissão precária não exige autorização legislativa, a concessão e a doação exigem. No caso que a Ros Mari se refere, o estudo foi feito em nome da Prefeitura, não envolve só esses dois clubes, envolve vários outros clubes, e se examinaram os condicionantes da ocupação desses clubes, e em que condições o município aceitaria uma permanência e uma potencial extensão dessa fase de concessão. Então, houve discussões internas, e há, acho que no âmbito dessa propositura, eu acredito que deve ser uma propositura legislativa que vai chegar, se não chegou, vai chegar à Câmara, de quais são os condicionantes que o município entende, para que diversas áreas, de vários clubes, possam continuar com concessão. São requisitos urbanísticos, ambientais, de várias ordens, que foram examinadas pelos órgãos técnicos da Prefeitura. É isso que eu posso dizer agora. Eu não tenho como falar especificamente, se a comunicação já saiu da Prefeitura ou não, mas como



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

envolve o prazo de concessão, ela vai ser objeto de deliberação por parte do legislativo municipal. Pelo menos esse é o meu entendimento.

Secretário Eduardo Jorge: Nós já estamos ao meio-dia, e o que eu tenho procurado manter, é encerrar essas reuniões ao meio-dia. Das nove ao meio-dia. Para todo mundo poder ir almoçar e trabalhar. Não sei se tem mais alguma pergunta para o Secretário Bucalem, mas eu estou querendo encerrar a reunião. Não teve? Então, vou encerrar, mas... Pode falar.

Cons. Beatriz: Bom dia. Para fazer o relatório de impacto ambiental são contratadas empresas. Muitas vezes, o início desses relatórios é muito carente de explicações. Ou seja, por exemplo, tem o problema de Água Espraiada, veio o problema do Parque Linear de Água Espraiada, todo aquele sistema que vai se realizar lá, e hoje em dia, se está construindo aquele elevado do metrô, e não entrou na mesma discussão. Eu acho fundamental que quando se fala de um problema em uma região, se considerem os problemas que trazem todas essas outras empresas que estão fazendo serviços na região. Inclusive, para tentar formar um cadastro do que existe, e do que não existe. Porque se faz uma obra, depois se desfaz a obra, para fazer uma obra de Eletropaulo, ou uma obra viária. Enfim, falta coordenação. E eu acho que seria uma boa oportunidade que esses dados sejam colocados no relatório de impacto ambiental. Só isso. Obrigado.

Secretário Eduardo Jorge: A sugestão da Conselheira é importante, mas isso é feito conselheira. E pode ser mais aperfeiçoado. O pessoal do DECONT está aqui. Milton me permita. Se eu estiver errado, você me completa. Quando eu dou entrada no EIA-RIMA, têm os projetos co-localizados que devem ser, todos, referenciados, e o pessoal do DECONT avalia. Nesse caso específico, da Água Espraiada, e a compatibilização com a obra do metrô elevado, isso é feito. E o parque linear de 600 mil metros quadrados, tem um ramo desse metrô elevado, que vai passar por lá. E já está previsto o local. É compatível. Ele é compatível com a permeabilização, é compatível com o parque, e é uma coisa essencial. Porque é um transporte de massa. Agora, toda vez que tem um EIA-RIMA, quando têm as audiências públicas, quando tem a publicação, qualquer um de vocês, qualquer um do povo, pode pedir mais coisas.

Cons. Beatriz: É muito evidente, de todas as implicâncias que vêm de fora. Porque têm obras menores, em que essas coisas não se colocam, e se vão discutindo obra por obra, se vai falando de obra por obra, quando realmente estão implicando em um impacto de uma área muito maior.

Secretário Eduardo Jorge: É porque algumas obras não estão enquadradas, nem em EIA-RIMA, nem em EVA. Há vários graus de licenciamento. Algumas obras menores, às vezes, correm em um licenciamento mais simples. Isso é verdade.

Cons. Beatriz: Mas implicam em outras, que vão vir depois e que não estão sendo contempladas.

Secretário Eduardo Jorge: É verdade. Isso é verdade. Eu queria então, concluir mesmo, só fazendo uma observação, que eu fiquei preocupado, Ros Mari a reportagem do Estadão é falsa. Essa de áreas verdes. É muito importante que uma Conselheira importante como você



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

tenha essa consciência. A reportagem do Estadão é falsa. Por quê? Eu vou explicar porque a reportagem está errada. Eu gosto muito de jornal. Leio 5, 6 por dia, há muitos anos. Mas nem sempre, o que o jornal fala é exatamente verdade. Às vezes, nem parcialmente verdade. Vamos pegar esse caso, um exemplar. A Câmara Municipal aprovou uma lei que tem que ter indicadores. E dá para a SEMPLA a atividade de organizar os indicadores. E a SEMPLA pediu para a Secretaria do Verde organizar dois desses indicadores. Que é: área verde por habitante, e área de lazer por habitante. Então, a Rosélia sabe, porque foi o pessoal dela que organizou isso. Foi uma polêmica tremenda. Porque área verde por habitante é um conceito clássico, claro, clássico. A gente já tem acumulado, e a gente tinha esse indicador pronto. Área de lazer por habitante, você imagine como isso é um conceito fluido. Então, o pessoal nosso nem queria fazer. Porque achava que não havia precisão nos dados. Mas aí, SEMPLA exigiu da gente porque senão, a gente ia ser cobrado na Câmara, porque tinha que fazer aquele indicador. Então, eles fizeram o indicador. Fomos nós que fizemos, a área de lazer por habitante. É uma área, vamos dizer assim, que às vezes é verde, às vezes nem é verde, mas que tenha alguma chance de cultura e de lazer. Veja como é uma coisa difícil, em São Paulo, fazer alguma coisa desse tipo. Então, cumprimos. Fizemos os indicadores, está tudo publicado. A nossa Assessoria de Comunicação, explicou isso dez vezes para o jornalista. Que área de lazer é uma coisa, um conceito. Área verde por habitante era outro conceito. E ele colocou lá: “Área verde em São Paulo é 2,3.” Quando isso é o conceito de área de lazer. Porque área verde é 12,3. Os parques de Parelheiros, os parques do Rodoanel, os parques da Cantareira, os do Estado, esses que nós estamos criando os parques lá da nascente do Aricanduva, isso aí não interessa. Mas como não interessa? Não. Porque estão muito distantes. Quer dizer, você querer ignorar o serviço ambiental, dos parques naturais que nós estamos criando, seja na periferia, a maioria deles na periferia. Mas a importância que tem para a cidade inteira. Você criar os parques naturais na região de Parelheiros, na nascente do Aricanduva, o colar de parques no entorno da Cantareira. Para eles, nada disso é importante. E dá uma manchete dessas. Para você corrigir isso, como é que faz? É como você pegar um travesseiro de plumas e espalhar pela cidade. Agora, depois, para catar as plumas. É isso que acontece. Portanto, são dois conceitos diferentes. Área de lazer por habitante e área verde por habitante. É claro, que há um desequilíbrio nas áreas verdes por habitante em uma cidade como São Paulo. Isso é evidente. Nós estamos tentando consertar aos poucos. Mas, você não considerar a importância de Parelheiros, da Cantareira, das nascentes do Aricanduva, isso chega às raias da ignorância ambiental.

Coordenadora Helena Magozo: Quero agradecer a presença do Secretário Bucalem, nós tivemos uma exposição super enriquecedora aqui no Conselho, agradecer aos técnicos também, que o acompanharam, e nos colocarmos à disposição para a divulgação junto ao público dos conselhos, para o debate em relação ao plano de drenagem. E damos o microfone para as suas últimas palavras

Secretário Miguel Bucalem: Minhas palavras são só de agradecimento. Agradecer ao Secretário Eduardo Jorge pela oportunidade. Agradecer os Conselheiros do CADES. Agradecer a equipe técnica que me acompanhou inclusive os professores da Fundação Centro Tecnológico e Hidráulico, ao professor João Ciro, que tem me dado todo o empenho para que esse plano de drenagem possa transcorrer da melhor forma, e continuamos à disposição para interação e para que a gente possa encontrar boas soluções para a cidade de São Paulo. Obrigado.



ATA DA 140ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Coordenadora Helena Magozo: Só queria antes de concluir a reunião, avisar aos conselheiros que receberão comunicado prévio sobre a reunião extraordinária para votação do Relatório da Camara Técnica sobre a Ponte Baixa. Receberão oportunamente. Fiquem atentos. Obrigada.

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ANDRÉA AKISSUE DE BARROS	MARIA CRISTINA DE O. REALI ESPOSITO
ÂNGELO IERVOLINO	MÁRIO ROBERTO DE ABREU
ARUNTHO SAVASTANO NETO	MILTON TADEU MOTTA
BEATRIZ ELVIRA FABREGUES	NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR
CRISTINA ANTUNES	OCTACÍLIO DE O. ANDRADE JUNIOR
DANIEL GUTH ESTEVES	OLGA MARIA SOARES E GROSS
EUNICE E. KISHINAMI DE OLIVEIRA PEDRO	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
GILBERTO TANOS NATALINI	ROS MARI ZENHA
HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI	ROSE MARIE INOJOSA
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
MÁRCIO ESTEVES DA SILVA	WALTER PIRES

Conselheiros com justificativa de ausência:

DANIEL BASSETO JATOBÁ / MAXIMILIANO NOVIELO PEREGRINA / QUINTINO JOSÉ VIANA / SILMARA RIBEIRO MARQUES / ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS / VANDERLEI BENTO BARBOSA / MURILO REPLE PENTEADO.

Conselheiros Suplentes presentes: ANA HELENA VAL GROTH / CARLOS ROBERTO FORTNER / ELIANA SAPUCAIA RIZZINI / HÉLIA S. B. PEREIRA / MARINA MERUSSI NEIVA.

Coordenadora Geral:

Helena Maria de Campos Magozo